

História do Minho



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
Introdução.....	4
História de Braga	5
Pré-História	5
<i>Balneário pré-Romano</i>	6
<i>Dinastia Júlio-Cláudio (14 a 68 d. C.)</i>	8
<i>A cidade Flávio-Antonina (68 a 192 d. C.)</i>	8
<i>Baixo-império (285 a 409 d. C.)</i>	10
Alta Idade Média	10
História de Guimarães.....	19
Idade Média	22
AMARES HISTÓRIA	24
HISTÓRIA DE BARCELOS	24
Vila Nova de Famalicão	28
Fafe.....	30
VIEIRA DO MINHO	31
TERRAS DE BOURO	32
Vila Verde	33
Torre medieval	34
Celorico de Basto.....	34
Cabeceiras de Basto	35
Esposende	35
Póvoa de Lanhoso	37
Revolução da Maria da Fonte	40
DISTRITO DO ALTO MINHO	41
ARCOS DE VALDEVEZ.....	41
PARQUE PENEDA GERÊS	45
Termas do Gerês	46
Castelo de Caminha.....	47
Melgaço.....	55
Valença	56

Vila Nova de Cerveira	57
PONTE DE LIMA	59
PONTE DA BARCA	61
VIANA DO CASTELO	65

História de Braga

Braga possui 176 154 habitantes no seu concelho (2008),^[1] sendo o centro da região Minhota com mais de um milhão de habitantes (2007).

Escolhida pelo Fórum Europeu da Juventude para Capital Europeia da Juventude em 2012, é uma cidade cheia de cultura e tradições, onde a História e a religião vivem lado a lado com a indústria tecnológica e com o ensino universitário.



Braga foi a primeira cidade portuguesa, por outras palavras, quando Portugal foi fundado no seu território apenas existia uma cidade, Braga. A cidade é também uma das mais antigas cidades do território português, fundada no tempo dos romanos como Bracara Augusta, conta com mais de 2000 anos de História como cidade. É ainda também uma das cidades cristãs mais antigas. No entanto os vestígios de aglomerados populacionais em Braga vêm de há milhares de anos, estando comprovados a partir da Idade do Bronze.

A história bracarense pode-se dividir em três partes: a Pré-História, Bracara Augusta e Braga.

Pré-História

Os vestígios da presença humana na região vem de há milhares de anos, como comprovam vários achados na região. Em Braga um dos achados mais antigos é a Mamoa de Lamas, um monumento megalítico edificado no



período Neolítico. A sua descoberta revelou várias informações sobre o passado da região. No entanto apenas se consegue provar a existência de aglomerados populacionais em Braga na Idade do Bronze. Caracterizam-se por fossas e cerâmicas encontradas no Alto da Cidade, local onde existiria uma povoação e por uma necrópole que terá existido na zona dos Granjinhos.



Na Idade do Ferro, desenvolveram-se os chamados "castros", próprios de povoações que ocupavam locais altos do relevo. Em Braga conhecem-se vários Castros de pequena e média dimensão: Castro do Pedroso e Castro do Monte de Vasconcelos em Adaúfe, Castro de Cabanas em Dume, Castro da Santa Marta das Cortiças (Imóvel de Interesse Público) em Esporões, Castro do Monte Redondo (Monumento Nacional) em Guisande, Castro do Monte da Consolação (Imóvel de Interesse Público) em Nogueiró, Castro da Sola em Palmeira, Vinha de Laje - Castro Agrícola em Pousada, Castro do Monte das Caldas em Sequeira, Castro Máximo (Imóvel de Interesse Público) em São Vicente, Castro de Vimieiro em Vimieiro. Apesar destes serem os únicos castros que chegaram até hoje, e que provam a sua existência, existiria ainda um grande castro, a Cidade.



A Cidade, nome que deriva de grande Castro, situa-se no *coração* da cidade de Braga. Apesar de não estar provado que ali tenha existido um castro, certos historiadores defendem a

existência de um Castro no alto da colina. A teoria baseia-se principalmente em que Bracara Augusta foi construída sobre um castro destruído pelas guerras entre os povos locais e os romanos, aproveitando o material existente, o que eliminara grande parte dos vestígios anteriores. Castro esse que fora a evolução natural do povoado que existiu no local na Idade do Bronze. Bracara Augusta situa-se no topo de uma colina, e não à beira rio ou perto de campos férteis condições típicas nas fundações de cidades romanas, essas condições existem a poucos quilómetros na zona ribeirinha do rio Cávado. Os historiadores de opinião contrária criticam esta teoria, pois a colina de Cividade é de relevo suave a Sul, não possuindo grande desnível. O astrónomo e geógrafo grego Claudius Ptolemeu (c. 85 – c. 165), em meados do século II, referiu na sua obra - *Geografia* (8 v.) -, que a cidade de *Bracara Augusta* era anterior à dominação romana. Recentemente a descoberta ao acaso de um Balneário pré-romano em Maximinos (freguesia adjacente) relançou a questão. No entanto, esta questão está longe de ser resolvida, dado que o presumível castro situa-se no centro histórico de Braga sob Monumentos Nacionais o que impede a realização de pesquisas arqueológicas profundas. É também de relevo o facto do local ser habitado continuamente há mais de dois mil anos, e palco de grandes guerras e destruições, o que alterou substancialmente o local

Nos séculos anteriores ao nascimento de Cristo, na área ocupada actualmente pela cidade de Braga instalaram-se os Celtas, conhecidos por Brácaros ou Bracai (daí a denominação de Bracara, a actual Braga).

Lusitânia (em latim: *Lusitania*) foi o nome atribuído na antiguidade ao território oeste da Península Ibérica onde viviam os povos lusitanos desde o Neolítico, e que após a conquista romana passou a designar a província romana cuja capital era Emerita Augusta, atual Mérida.

A Lusitânia romana incluía aproximadamente todo o território português actual a sul do rio Douro, a Extremadura espanhola e parte da província de Salamanca. Tornou-se uma província romana a partir de 29 a.C. até ao fim do vínculo com Roma e entrega aos Alanos em 411. Considerada a origem ancestral de Portugal, a Lusitânia pré-romana onde pontuou Viriato está na base do movimento lusitanista.



Balneário pré-Romano

O **Balneário Pré-Romano de Bracara** ou Balneário pré-romano da Estação da CP, situa-se na cidade de Braga, mais propriamente na nova Estação de Caminhos de Ferro, ou num contexto histórico, situava-se a 300 m da muralha (futura) da cidade romana de *Bracara Augusta*. Foi descoberto



durante as escavações da nova estação de comboios de Braga. Tem cerca de 4 m de comprimento x 2 m de largura, e segundo os arqueólogos foi construído durante o período pré-romano (época castreja) no noroeste da Península Ibérica.

O balneário era semienterrado, típico da cultura castreja, de paredes em pedra e tecto em lajes de pedra que encaixavam nas paredes exteriores e numa viga central de madeira. O interior estava dividido em três zonas, uma sala de sauna, um forno e uma sala intermédia de transição. Entre a sala intermédia e a sala de sauna existe uma grande laje com uma abertura semicircular, abertura que permitiria a entrada e saída da sala de sauna. A laje destinava-se a reter o calor proveniente da sala de sauna. No exterior existe um pátio com uma pia.

A água provinha de uma linha de água que descia do actual centro da cidade até ao rio Cávado. A água que corria no pátio era destinada a banhos frios e lavagens. Dentro do balneário, colocavam-se pedras de pequenas dimensões ou seixos no forno, onde eram aquecidas a fim de provocar, juntamente com água, os vapores que eram conduzidos para a sala de sauna.

Nos séculos anteriores ao nascimento de Cristo, na área ocupada actualmente pela cidade de Braga instalaram-se os Celtas, conhecidos por Brácaros ou Bracai (daí a denominação de Bracara, a actual Braga).



As primeiras explorações militares ao noroeste da península Ibérica realizaram-se entre os anos 138 a 136 antes de Cristo (século II a.C.), comandadas pelo cônsul romano D. Junius Brutus. Nessa altura realizou-se uma grande batalha entre romanos e brácaros (povos locais descendentes dos Celtas), provavelmente nas imediações da futura Bracara Augusta. Após a conquista definitiva do noroeste peninsular (guerras franco-cantábricas), o imperador Augusto ordena a reorganização administrativa. A reorganização consistia principalmente na integração das populações no mundo romano, fundação de cidades, construção de vias e o comércio a nível inter-regional. É nesta política que entre o ano 20 a 10 antes de Cristo foi fundada a cidade Bracara Augusta sobre um possível povoado indígena local. A finalidade da fundação foi de carácter religioso e difusão cultural do império sobre os povoados nas proximidades. Também é provável que a cidade desde o início teria importantes funções jurídicas e económicas.

Dinastia Júlio-Cláudio (14 a 68 d. C.)

As primeiras décadas da cidade foram marcadas por grande crescimento. Foram construídos os primeiros edifícios públicos (Domus, templo...), abriram-se estradas (vias XVI, XVII e XIX), desenvolveram-se as actividades económicas (metalurgia, olaria e comércio), a criação de novos bairros. Foram formadas condições para que inúmeros indígenas, militares e imigrantes se deslocassem para ali viver. A cidade desenvolveu-se em forma ortogonal (ruas alinhadas) orientada Noroeste/Sudeste, e era dividida por quarteirões. Nos anos 50 d. C. o comércio já desempenhava um papel fulcral na cidade e na região.



O **I Concílio de Braga** foi um concílio que teve lugar na cidade homónima do Norte de Portugal (então capital do reino dos Suevos), entre 1 de Maio de 561 e 563, por ordenamento do rei Ariamiro, tendo sido presidido por Martinho da Panónia, bispo titular de Braga e de Dume. A ele acudiram bispos da Gallaecia e do norte da Lusitânia.

Teve o apoio do Papa João III, e declarou anátema todos aqueles que acreditassem em doutrinas de tipo maniqueísta, como os priscilianistas.

A cidade Flávio-Antonina (68 a 192 d. C.)

A cidade sofre reestruturações, devido à dimensão que terá atingido, mais de 48 hectares. São reparadas as vias e a construção da Via Nova (Geira). Continuam as construções de edifícios públicos como teatro, termas, templos, senado, e a “monumentalização” da cidade. Aumentam os bairros e assiste-se à instalação de pessoas abastadas na zona oriental da cidade. Verificou-se a promoção jurídica de peregrinos à cidadania romana, das elites da cidade e da região envolvente. O forte comércio é caracterizado pelas importações de vidro, cerâmica e objectos de adorno, alguns produtos importados eram de grande qualidade e gosto refinado, o que sugere a existência de uma poderosa elite. As exportações eram marcadas pela cerâmica de qualidade e metais. A cidade no Alto Império era já de referência a nível peninsular.

Século III

O terceiro século de existência é marcado pelo abrandamento do crescimento devido à crise instalada na Hispânia, e conseqüentemente a construção da muralha cidadina. A muralha circulava a cidade por completo, e continha torreões. Dada a localização peninsular e a dependência local na sobrevivência, Bracara Augusta ficou fora das agitações de então, o que permitiu uma plenitude vida urbana. É criada “Hispania Nova Citerior Antonina” (futura Galécia). Visita dos imperadores Galieno (253 a 268 d. C.) e Cláudio II (268 a 270 d. C.).

Bracara Augusta, o nome romano da actual cidade de Braga, no norte de Portugal, foi construída no lugar de um povoado anterior de origem celta. A cidade romana foi fundada pelo imperador César Augusto cerca de 16 aC, após a pacificação definitiva da região. Durante o período dos Flávios, Bracara Augusta recebeu o estatuto municipal e foi elevada a sede do

conventus, tendo tido funções administrativas sobre uma extensa região. A partir da reforma de Diocleciano passou a ser a capital da recente província da Galécia. No século V a cidade foi tomada pelos invasores suevos, que a escolheram como capital do seu reino.

Os **suevos** foram um dos povos que ocuparam a Hispânia durante as Invasões bárbaras, fundando um reino na antiga província romana da Galécia (actual norte de Portugal e Galiza) que duraria entre os anos 409 a 585 d.C., data em que foi anexado pelos Visigodos. Os suevos eram um povo germano oriundo da região entre os rios Elba e Oder, na Alemanha. O historiador romano Tácito chegou a referir-se a todos os germanos do além-Elba como "suevos". Mais tarde, e com outras tribos de diferentes etnias, participaram na fundação da Suábia no sul da Alemanha.

Os **germanos** ou **povos germânicos** são um grupo histórico de povos falantes de línguas indo-europeias, originários da Europa Setentrional e identificados pelo uso comum das línguas germânicas, que se diversificaram a partir do proto-germânico ou germânico comum durante a Idade do Ferro pré-romana. Os povos falantes de línguas germânicas da Idade do ferro romana e do período de migrações dos povos bárbaros revelam uma cultura material uniforme e crenças religiosas comuns, embora pesquisas recentes contestem a existência de um grupo étnico germânico distinto.

Povos germânicos migrantes se espalharam por toda a Europa na Antiguidade tardia e na Alta Idade Média. As línguas germânicas se tornaram dominantes ao longo das fronteiras romanas (Áustria, Alemanha, Países Baixos e Inglaterra), mas nas províncias romanas ocidentais, os imigrantes germânicos adotaram os dialetos latinos (línguas românicas). Além disso, todos os povos germânicos converteram-se, ao seu tempo, ao cristianismo. Os povos germânicos exerceram uma posição de importância na transformação do Império Romano na Europa da Idade Média, contribuindo no desenvolvimento de uma identidade comum, história e cultura que transcenderam as fronteiras lingüísticas

Os **visigodos** foram um de dois ramos em que se dividiram os godos, um povo germânico originário do leste europeu, sendo o outro os ostrogodos. Ambos pontuaram entre os bárbaros que penetraram o Império Romano tardio no período das migrações. Após a queda do Império Romano do Ocidente, os visigodos tiveram um papel importante na Europa nos 250 anos que se seguiram, particularmente na península Ibérica, onde substituíram o domínio romano na Hispânia, reinando de 418 até 711, data da invasão muçulmana, que substituiria o reino visigodo pelo Al-Andaluz

Alguns autores defendem a origem do nome "visigodo" na palavra *Visi* ou *Wesa* ("bom") e do nome *Ostro*, de *astra* (resplandescente). Mas a opinião mais consagrada considera a origem da palavra na denominação de "godos do oeste", do alemão "*Westgoten*", "*Wisigoten*" ou "*Terwingen*", por comparação com os ostrogodos ou "godos do leste" — em alemão "*Greutungen*", "*Ostrogoten*" ou "*Ostgoten*"

Os vestígios visigóticos em Portugal e Espanha incluem várias igrejas e descobertas arqueológicas crescentes, mas destaca-se também a notável quantidade de nomes próprios e apelidos que deixaram nestas e noutras línguas românicas. Os visigodos foram o único povo a fundar cidades na Europa ocidental após a queda do Império Romano e antes do pontuar dos carolíngios. Contudo o maior legado dos visigodos foi o Direito visigótico, com o *Liber iudiciorum*, código legal que formou a base da legislação usada na generalidade da Ibéria cristã medieval durante séculos após o seu reinado, até ao século XV, já no fim da Idade Médi

Baixo-império (285 a 409 d. C.)

Por ordem de Diocleciano é criada a Galécia, e Bracara Augusta sua capital. A Galécia integra os três conventos do Noroeste peninsular e parte do convento Clunia. Com esta decisão, a cidade sofre uma nova expansão urbana, reestruturam-se e criam-se edifícios públicos, requalifica-se as vias, introduz-se melhoramentos na cidade, enriquecimento da população, inclusão de zona de banhos e pavimento de mosaicos nas vivendas privadas. O comércio intensifica-se fortemente e aparecem os ateliers de cerâmica. A decretal do Papa S. Sirício em 385 faz referência à metropolitana de Bracara Augusta, sugerindo que Bracara Augusta possuía já um bispado. A cidade assume a centralidade do Noroeste peninsular.

Alta Idade Média

O reino Suevo

Após a conquista do império romano, Bracara Augusta tornou-se na capital política e intelectual do reino dos Suevos, que abarcava a Galiza e se prolongava até ao Rio Tejo. Posteriormente foi dominada pelos Godos, durante mais de três séculos.



Invasões Muçulmanas

No ano de 715, os Mouros conquistaram a cidade, mas foram, pouco tempo depois, obrigados a render-se ao Rei de Leão, D. Afonso III. Braga foi nessa altura oferecida como dote, por Afonso VI de Castela, à sua filha D. Teresa, no seu casamento com D. Henrique de Borgonha, Conde de Portugal.



D. Henrique de Borgonha (1066 — Astorga, 24 de Abril de 1112) foi conde de Portucale desde 1093 até à sua morte. Em Portugal é conhecido, geralmente, por **Conde D. Henrique**.

Pertencia à família ducal da Borgonha, sendo filho de Henrique, herdeiro do duque Roberto I com Beatriz ou Sibila de Barcelona, e irmão dos também



duques Odo I e Hugo I.

Sendo um filho mais novo, D. Henrique tinha poucas possibilidades de alcançar fortuna e títulos por herança, tendo por isso aderido à Reconquista da Península Ibérica. Ajudou o rei Afonso VI de Leão e Castela a conquistar o Reino da Galiza, recebendo como recompensa pelos seus serviços casamento com a filha ilegítima do monarca, Teresa de Leão.

Alguns anos mais tarde, em 1096, D. Henrique recebeu de Afonso VI o Condado Portucalense, que passava a lhe prestar vassalagem directa. O rei de Leão e Castela pretendia assim limitar o poder do conde Raimundo de Borgonha, casado com Urraca de Leão e Castela.

Henrique morreu a 24 de Abril de 1112, tendo sido sepultado na Sé de Braga. Tinha tido vários filhos com Teresa, mas só o mais novo sobreviveu à infância: D. Afonso Henriques, que sucedeu ao pai e se tornou no segundo conde de Portucale em 1112.

No entanto, o jovem D. Afonso Henriques pretendia ser mais do que conde; em 1128 rebelou-se contra a sua mãe, que pretendia manter-se no governo do condado. Por isso, em 1139 Afonso reafirmou-se independente de Leão e proclamou-se 1.º Rei de Portugal, recebendo o reconhecimento oficial de Leão e Castela em 1143, e a do papado em 1179.



No século XI a cidade é reorganizada, provavelmente com a nova designação de "Braga". É iniciada a construção da muralha cidadina e da Sé, por ordem do bispo D. Pedro de Braga, sobre restos de um antigo templo romano dedicado à deusa Ísis, que teria mais tarde sido convertido numa igreja Cristã. A cidade desenvolve-se em torno da Sé, ficando restringida ao perímetro amuralhado.

Braga foi nessa altura oferecida como dote, por Afonso VI de Leão e Castela, à sua filha D. Teresa, no seu casamento com D. Henrique de Borgonha, Conde de Portugal. Estes últimos foram senhores da cidade entre 1096 a 1112. Em 1112 doam a cidade aos Arcebispos. Com a elevação do bispado bracarense a arcebispado, a cidade readquire uma enorme importância a nível Ibérico. O arcebispo Diego Gelmírez de Santiago de Compostela, com medo da ascensão da Sé de Braga, rouba as relíquias dos santos bracarenses na tentativa de diminuir a importância religiosa da cidade, as relíquias só retornaram a Braga na década de noventa do século XX.

Sob o reinado de D. Dinis (1279-1325), a muralha cidadina é requalificada, é ainda construída a torre de menagem. Mais tarde, foram adicionadas nove torres, de planta quadrangular, à muralha existente, concluindo-se também o Castelo de Braga em torno da torre de menagem existente.

Torre de menagem do antigo Castelo de Braga.

A partir do século XIII, uma nova fase construtiva se inaugurou, com o abandono do troço norte da muralha romana e um crescimento da urbe em torno da Sé-Catedral. Existem poucas informações acerca desta fase, tão somente as de que, sob o reinado de D. Dinis (1279-1325), iniciou-se uma nova cerca, complementada por uma torre de menagem. As obras progrediram com lentidão e, no reinado de D. Fernando (1367-1383), a nova cerca se mostrou ineficaz, permitindo a invasão da cidade por tropas de Castela na década de 1370. Durante a crise de 1383-1385, Braga, juntamente com outras cidades do norte de Portugal, manteve-se fiel ao partido de Castela. Entretanto, tendo o novo soberano sido aclamado nas Cortes de Coimbra de 1385, a cidade franqueou-lhe as portas. D. João I (1385-1433) também dispensou cuidados a essa defesa, a partir de quando a cerca foi reforçada com novas torres, de planta quadrangular.



A partir do século XVI, entretanto, a perda da sua função defensiva era comprovada pela quantidade de edificações adossadas à cerca, pelo exterior.



Diogo de Sousa (c. 1461-1532) foi bispo do Porto de 1496 a 1505 e de seguida arcebispo de Braga desde essa data até à sua morte.

D. Diogo de Sousa, nasceu provavelmente em 1461, fez os seus estudos preparatórios em Évora e completou-os superiormente nas universidades de Salamanca e de Paris, onde se doutorou.

Foi Deão da capela real de D. João II de Portugal, participou nas embaixadas de obediência ao Papa Alexandre VI e Júlio II e foi capelão – mor da rainha D. Maria, segunda mulher do rei D. Manuel. Foi ainda, bispo do Porto, tornando-se arcebispo de Braga em 1505, quando reinava D. Manuel.

O Papa Júlio II, endereçou ao Cabido Bracarense e aos súbditos da Igreja de Braga no dia 11 de Julho de 1505 uma Bula, *Hodie Venerabilem* para que reconheçam e obedeçam a D. Diogo de Sousa como seu Arcebispo.

Foi pela sua acção notável que a cidade rompeu a cintura de muralhas medieval, e se alargou extra-muros. Construiu, fora das muralhas uma nova cidade, com novos e arejados espaços que perduram até hoje. São da sua responsabilidade o *Campo dos Remédios* (Largo Carlos Amarante), *Campo da Vinha* (Praça Conde de Agrolongo), *Largo das Carvalheiras* e *Avenida Central*. Também mandou abrir novas ruas e até uma nova porta da cidade, o Arco da Porta Nova. Construiu novas igrejas fora de muros como a Senhora-a-Branca.

Na Sé de Braga, é responsável pela construção da actual capela-mor e também dos túmulos dos pais de D. Afonso Henriques (primeiro rei de Portugal), D. Henrique de Borgonha, conde de Portucale e D. Teresa de Leão.

Considerando a ignorância um mal, empenhou-se em instruir o clero e fundar um grande colégio. Para tal, aconselhou o rei D. João III a fundar este grande colégio nas cidades de Braga ou do Porto, devendo este ser dotado de mestres de teologia e de todas as artes e ciências. Para este fim auxiliaria o rei caso escolhesse Braga. Em 1531, fundou finalmente o colégio de S.

Paulo, sendo o ensino grátis para toda a pessoa que quisesse aprender quer fosse da cidade ou de fora.

D. Diogo de Sousa foi, sem dúvida, um grande protector das artes e das letras e um espírito iluminado e empreendedor no seu tempo.

Morreu a 19 de Junho de 1532 e está sepultado na Capela de Nossa Senhora da Glória, na Sé de Braga.

Mapa da Batalha do Carvalho d'Este entre tropas portuguesas e napoleónicas.

No século XVI, o Arcebispo de Braga D. Diogo de Sousa modifica a cidade profundamente, introduzindo-lhe ruas, praças, novos edifícios, provocando-lhe também o crescimento para além do perímetro amuralhado. Do século XVI ao século XVIII, por intermédio de vários arcebispos, os edifícios de traça medieval vão sendo apagados e substituídos por edifícios de Arquitectura religiosa da época.

No século XVIII, Braga por intermédio da inspiração artística de André Soares (Arquitecto 1720-69) transforma-se no Ex-Libris do Barroco em Portugal. Nos fins deste século, surge em várias edificações o Neoclássico com Carlos Amarante (Engenheiro e Arquitecto 1742-1815). Mais uma vez, por intermédio de vários arcebispos, os edifícios religiosos são novamente alterados com a introdução do Barroco e o Neoclássico.

Nos cem anos que se seguem, irrompem conflitos devidos às invasões francesas e lutas liberais. Em 20 de Março de 1809 a cidade é palco da Batalha do Carvalho d'Este e vítima de vários saques realizados pelas tropas napoleónicas. A cidade viria a ser reocupada a 5 de Abril pelo general José António Botelho de Sousa, comandante das forças portuguesas no Minho.



Em 1834, com o fim das lutas liberais, são expulsas várias ordens religiosas de Braga, deixando o seu espólio para a cidade. Em consequência da Revolta da Maria da Fonte na Póvoa de Lanhoso, área sob jurisdição do quartel militar de Braga, a cidade é palco de importantes confrontos entre o povo e as autoridades. No final do século XIX, o centro da cidade deixa a área da Sé de Braga e passa para a Avenida Central. Em 1875, é inaugurado pelo Rei D. Luís a linha e estação dos comboios de Braga.

No século XX, dá-se a revolução dos transportes e das infra-estruturas básicas, reformula-se a Avenida da Liberdade, de onde se destaca o Theatro Circo e os edifícios do lado nascente. Em 28 de Maio de 1926, o general Gomes da Costa inicia nesta cidade a Revolução de 28 de Maio de 1926. Por fim, no final deste século, Braga sofre um grande desenvolvimento e cresce a um ritmo bastante elevado. É também conhecida por muitos por Capital do Minho.



Em 1906, um grupo de bracarenses liderado por Artur José Soares (então presidente da Câmara Municipal de Braga), José António Veloso e Cândido Martins idealizou o **Theatro Circo**. Nessa data a cidade possuía apenas o pequeno Teatro São Geraldo (no local onde hoje se encontra o Banco de Portugal), vindo assim o Theatro Circo satisfazer as necessidades da cidade, que assistia a um grande desenvolvimento teatral, a exemplo do que acontecia no resto do país. Com a construção do Theatro Circo, o edifício do Teatro São Geraldo foi vendido ao Banco de Portugal, que aí construiria mais tarde a sua delegação em Braga.

O Theatro Circo foi projectado pelo arquitecto Moura Coutinho, sendo construído em parte do espaço anteriormente ocupado pelo extinto Convento dos Remédios. As obras iniciaram-se em 1911 e terminaram três anos mais tarde (1914). A sala principal, de estilo italiano e com uma capacidade de 1500 lugares, estava organizada em taburnos para uma fácil adaptação entre os vários tipos de espectáculos. Dada a sua dimensão e arquitectura foi considerado um dos maiores e mais belos teatros de Portugal.

Em 21 de Abril de 1915, foi inaugurado pela companhia do “Éden Teatro de Lisboa”, com a opereta de Leoncavallo **La reginetta delle rose** (A Rainha das Rosas), com Palmira Bastos no papel principal.

Entre 1918 e 1925 o Theatro Circo é gerido pelo Teatro Sá da Bandeira. Neste período assiste-se a grandes espectáculos, como as óperas *Madame Butterfly* de Puccini e *Aida* de Verdi. É também tempo para revelações artísticas locais, como as estreias do Orfeão de Braga e da Orquestra Sinfónica de Braga. Durante a década de vinte foi criado no imóvel o Salão Nobre.

Na década de trinta, ao teatro, à revista, ao circo, ao cinema mudo e à música junta-se o cinema sonoro. Esta renovada arte marca um ponto de viragem no Theatro Circo. As exhibições de filmes de Charlie Chaplin ou de Rudolfo Valentino ou de filmes nacionais como *Minha Noite de Núpcias*, provocam o declínio das então artes tradicionais. No ano de 1933 o Theatro Circo e o Cinema São Geraldo mudam de gerência, que é entregue a José Luís da Costa do Teatro Garrett da Póvoa de Varzim. A *Sociedade Dramática Bracarense*, em 1935, inicia-se aqui no mundo do espectáculo.

Durante a ditadura do Estado Novo, além das actuações culturais censuradas pelo Estado, é utilizado como palco de campanha e *acções de propaganda*. De salientar o dia 1 de Junho de 1958, quando os espectadores foram convidados a assistir da varanda do Salão Nobre à enorme violência exercida pela policia sobre o povo adepto da Oposição Democrática liderada pelo General Humberto Delgado.

Após o 25 de Abril de 1974, com o fim da censura, as peças teatrais convergem todas para o tema central da liberdade. No entanto, a abertura de novas salas de cinema na cidade e a ascensão da televisão em Portugal provocam o declínio económico do Theatro Circo. Na

tentativa de recuperar alguma rentabilidade, foi vendido o *Café Bristol* (café situado na esquina do edifício) a uma instituição bancária, que aí instalou uma agência. Em 1987, a Companhia de Teatro de Braga instala-se no Theatro Circo. Um ano depois, em 1988, a Câmara Municipal de Braga adquire o Theatro Circo

A **Revolução de 28 de Maio de 1926, Golpe de 28 de Maio de 1926** ou **Movimento do 28 de Maio**, também conhecido pelos seus herdeiros do Estado Novo por **Revolução Nacional**, foi um pronunciamento militar de cariz nacionalista e antiparlamentar que pôs termo à Primeira República Portuguesa, levando à implantação da auto-denominada Ditadura Nacional, depois transformada, após a aprovação da Constituição de 1933, em Estado Novo, regime que se manteve no poder em Portugal até à Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 1974. A *revolução* começou em Braga, comandada pelo general Gomes da Costa, sendo seguida de imediato em outras cidades como Porto, Lisboa, Évora, Coimbra e Santarém. Consumado o triunfo do movimento, a 6 de Junho de 1926, na Avenida da Liberdade, em Lisboa, Gomes da Costa desfila à frente de 15 mil homens, sendo aclamado pelo povo da capital.



O **Arco da Porta Nova** é a porta de entrada na cidade de Braga, Portugal.

Esta "nova" porta da cidade foi aberta em 1512, no tempo de Arcebispo D. Diogo de Sousa.

A actual construção data de 1772, foi projectada por André Soares e mandada edificar pelo arcebispo D. Gaspar de Bragança.



A construção desta porta marca o momento em que a cidade saiu das suas muralhas e começou a crescer para o seu exterior.

O **Palácio do Raio**, ou Casa do Mexicano é um palácio, localizado em Braga, Portugal



Construído em 1754-55, por encomenda de João Duarte de Faria, poderoso comerciante de Braga, e projecto do arquitecto André Soares, é um dos mais notáveis edifícios de arquitectura civil da cidade de Braga, em estilo barroco joanino.

O palácio foi vendido em 1853, por José Maria Duarte Peixoto, a Miguel José Raio, visconde de São Lázaro, ficando conhecido como *Palácio do Raio*.

Miguel José Raio era um capitalista brasileiro, nascido em Braga, na rua da Cruz de Pedra, em 10 de Maio de 1814 e falecido em 14 de Agosto de 1875.

O novo proprietário, em 1863, abriu a rua em frente do palácio, para permitir uma melhor visão da sua casa e poder construir duas habitações para as suas filhas.

Em 1882 os herdeiros de Miguel José Raio venderam o palácio ao Banco do Minho que, por sua vez, a revendeu, no ano a seguir, à Santa Casa da Misericórdia que nela instalou alguns serviços do Hospital de S. Marcos.

Os **Paços do Concelho de Braga**, sede da Câmara Municipal de Braga, ficam situados na Praça do Município daquela cidade.

Os actuais Paços do Concelho, que vieram substituir uns anteriores, renascentistas, foram mandados construir, por proposta do Arcebispo de Braga D. José de Bragança, (irmão de D. João V).

O edifício, considerado por alguns especialistas como um dos mais notáveis exemplares da arquitectura Barroca da Península Ibérica, foi construído no local da antiga praça de touros. O projecto foi da autoria do arquitecto André Soares, sendo a sua única obra devidamente documentada na cidade de Braga. Apesar da sua construção se ter iniciado em 1753, só foi completamente terminado em 1865.



A **Casa Grande** ou **Casa dos Cunha Reis**, é uma casa apalaçada (ou solar) em Braga, Portugal.

Implantada desde o final do século XVIII no **Campo das Hortas**, constitui uma das diversas marcas de poder que, ao longo dos tempos, os deões da Sé de Braga imprimiram à cidade. Foi seu impulsionador D. António Alexandre da Cunha Reis da Mota Godinho que adquiriu esta propriedade, onde edificou o imóvel que ainda hoje conhecemos e que foi considerado, à época, como uma das mais significativas construções da zona extramuros de Braga,



A **Ponte do Prado** está localizada sobre o rio Cávado, entre São Paio de Merelim e a vila homónima (Vila de Prado), no distrito de Braga, norte de Portugal. Foi construída em granito, em 1617, durante o reinado de Filipe I de Portugal (II de Espanha), pelo arquitecto António de Castro. A ponte é do tipo românica, constituída por nove arcos (5 ogivais e 4 redondos) e foi classificada como Monumento Nacional em 1910.

Mosteiro de Tibães ou **Mosteiro de São Martinho de Tibães**, englobando a **Igreja de Tibães** e o **Cruzeiro de Tibães**, situa-se em Mire de Tibães, concelho de Braga e foi fundado no século XI.



A partir do século XII foi ocupado pela congregação Beneditina. No século XVI, tornou-se a casa mãe da ordem para Portugal e Brasil. Os edifícios principais actualmente existentes foram construídos nos séculos XVII e XVIII. Um dos arquitectos que neles trabalhou foi André Soares.

Com a extinção das ordens religiosas masculinas ocorrida em 1834, é vendido em hasta pública, com excepção da Igreja, Sacristia e Claustro do Cemitério

O Castelo de Braga e as muralhas medievais, são as maiores expressões arquitectónicas militares da cidade. A Torre de menagem do antigo Castelo de Braga, que foi *ingloriamente* demolido em 1906, é o principal remanescente desta construção erguida sob o reinado de D. Dinis. De planta quadrada, esta torre em estilo gótico, ergue-se a aproximadamente trinta



metros de altura, dividida internamente em três pavimentos. No alto, uma janela geminada e matacões nos vértices. No topo uma coroa de ameias. Na torre e no alçado oeste, as pedras-de-armas de D. Dinis. Destaca-se ainda a enorme quantidade de símbolos inscritos nas faces das paredes internas e externas. Estes símbolos, segundo o povo medieval, protegeria a cidade de invasores. Da muralha medieval constituída por nove torres, subsistem ainda três torres, a Torre de Santiago, a Torre de São Sebastião e a Torre da Porta Nova

O **Campo Novo** ou **Praça de Mouzinho de Albuquerque** é uma praça localizada na freguesia de São Vicente, em Braga.



A praça foi aberta em 1725, por ordem do Arcebispo Dom Rodrigo de Moura Teles com projecto do arquitecto Manuel Pinto de Vilalobos.

Já teve as designações de Praça do Gavião, Bairro da Gavieira, Bairro do Quinteiro (no século XVIII), campo Novo do Reduto e Bairro do Reduto (no século XVIII e XIX).



O nome de Mouzinho de Albuquerque foi atribuído a este largo em 4 de Janeiro de 1898, por proposta do então vice-presidente da Câmara. A designação só foi confirmada pela autarquia em 3 de Agosto de 1942.

Apesar da confirmação do nome, em sessão municipal, a praça continua a ser chamada pela população bracarense de campo Novo.

No centro da praça encontra-se uma estátua de D. Pedro V.

A estátua foi inaugurada em 1869 no Campo de Santana, actual Avenida Central, obra do escultor Teixeira Lopes, pai. Em 22 de Dezembro de 1913 foi transferida para a localização actual.

Além do jardim, destacam-se neste largo, uma fonte em granito, no topo norte e o **Palacete do Conde de Carcavelos**, construído no século XIX, actualmente ao serviço do Ministério da Saúde.

Estão instalados nesta praça, entre outras instituições, o Patronato de Nossa Senhora da Luz e o agrupamento de escuteiros de S. Vicente.

O **Jardim de Santa Bárbara** é um jardim público da cidade de Braga, junto à ala Medieval do Paço Episcopal Bracarense.



No centro do jardim há uma fonte que data do século XVII, que pertencia ao antigo Convento dos Remédios, encimada pela estátua de Santa Bárbara, daí o nome do jardim.

História

Em 17 de novembro de 1836, Passos Manuel, no seu plano de reformar a instrução pública em Portugal, pelo seu artigo 40.^a, cria um liceu em cada



capital de distrito. Braga, como capital de distrito, teve naturalmente o seu liceu, durante o reinado de D. Maria II.

Depois de fundado, foi necessário encontrar um edifício para funcionar.

Por iniciativa do arcebispo de Braga, Pedro Paulo de Figueiredo da Cunha e Melo, as primeiras aulas funcionaram no Seminário Arquidiocesano de São Pedro, localizado no Campo da Vinha em 1840/1841, que é o primeiro ano de funcionamento do liceu.

Nos primeiros anos do liceu, o ensino ministrado era essencialmente humanístico, as cadeiras existentes eram: *Gramática Portuguesa e Latim; Língua Francesa e Inglesa e suas gramáticas; Oratória, Poética e Literatura Clássica; Geografia, Cronologia e História; Ideologia, Gramática Geral e Lógica.*

Em 1845, por iniciativa de Joaquim António de Aguiar o Liceu muda-se para o Convento dos Congregados. A Igreja dos Congregados, foi proibida de tocar os sinos durante o funcionamento das aulas, a fim de estas não serem perturbadas. O primeiro reitor, nomeado em 14 de julho de 1845, foi o bacharel de medicina António Maria Pinheiro, cargo que ocupou durante 25 anos até 1870.

A abertura oficial das aulas foi em 15 de outubro de 1845.



No mesmo edifício funcionava a biblioteca pública.

Com a Revolução da Maria da Fonte em abril de 1846, e a Guerra Civil da Patuleia, grande parte do edifício foi ocupado pelo exército, o que levou a várias suspensões das aulas e a uma grande degradação do edifício.

Inicialmente chamava-se **Liceu Nacional de Braga**. Em 1896 passou a **Liceu Nacional Central de Braga** e em 1912 passou a chamar-se **Liceu Nacional Central de Sá de Miranda** em homenagem ao poeta Sá de Miranda.

Em 1922, o liceu mudou-se para o edifício do extinto Colégio do Espírito Santo, onde ainda se encontra. O atual edifício foi construído em 1877. As obras de adaptação à nova função foram da autoria de Moura Coutinho. Foi acrescentado ao edifício uma enorme escadaria central e a gradaria à face da rua com grandes portões.

Em 1975, mudou o nome para o actual.

Em 2009, foi alvo de um acrescento de um novo bloco da autoria do arquiteto José Bernardo Távora onde funcionarão todos os serviços de apoio: secretaria, auditório, sala de professores, biblioteca e museu. Este bloco foi construído em frente da fachada principal da escola.

O Convento dos Congregados é um edifício barroco projectado pela Congregação do Oratório, conhecidos como Oratorianos, vindos para Braga a convite de João de Meira Carrilho influente cónego desta cidade, cujo início da construção data dos finais do séc. XVII. No decorrer do séc.



XVIII foi consideravelmente ampliado, primeiro com a construção da Basílica e depois, com mais um andar no edifício original.



História de Guimarães

O **Castelo de Guimarães** localiza-se na freguesia de Oliveira do Castelo, cidade e Concelho de Guimarães, no Distrito de Braga, em Portugal.

Em posição dominante, sobranceiro ao Campo de São Mamede, este monumento encontra-se ligado à fundação do Condado Portucalense e às lutas da independência de Portugal, sendo designado popularmente como *berço da nacionalidade*.

Classificado como Monumento Nacional, em 2007 foi eleito informalmente como uma das Sete maravilhas de Portugal.



História

No contexto da Reconquista cristã da península Ibérica, os domínios de *Vimaranes* foram outorgados, em fins do século IX, a um cavaleiro de suposta origem castelhana, de nome Diogo Fernandes, que nelas veio a se estabelecer.

Uma de suas filhas, de nome Mumadona Dias, desposou o poderoso conde Hermenegildo Gonçalves, vindo a governar, desde meados do século X até ao terceiro quartel do século XI, os domínios de *Portucale*. Mumadona enviuvou por volta de 928, entrando na posse de vastos domínios, divididos em Julho de 950 com os seus seis filhos. Nesse momento, por inspiração piedosa, fundou, na parte baixa da povoação de *Vimaranes* um mosteiro, ao qual veio a fazer, mais tarde, uma vultosa doação de terras, gado, rendas, objetos de culto e livros religiosos (26 de Janeiro de 959).

A povoação de *Vimaranes* distribuía-se, à época, em dois núcleos: um no topo do então chamado *Monte Largo*, e outro, no sopé dessa elevação, onde o mosteiro foi fundado. Era vulnerável à época, além das possíveis incursões de forças Muçulmanas, oriundas da fronteira ao Sul de Coimbra, às incursões de Normandos, oriundos do mar do Norte em embarcações rápidas e ágeis, que assolavam as costas e o curso navegável dos rios à época.

Visando a defesa do núcleo monacal, a benfeitora principiou, no topo do Monte Largo, um castelo para o recolhimento das gentes em caso de necessidade. É bem conhecido historiograficamente o trecho da carta de doação desse castelo aos religiosos, lavrada em Dezembro de 958, do qual consta essa decisão. Acredita-se que a estrutura então erguida, sob

a invocação de São Mamede, fosse bastante simples, composta por uma torre possivelmente envolta por uma cerca.

Pouco mais de um século passado, a povoação de *Vimaranes* encontrava-se entre os domínios doados pelo rei Afonso VI de Leão e Castela a D. Henrique de Borgonha, que formaram o Condado Portucalense. O conde D. Henrique (1095-1112) e sua esposa, D. Teresa de Leão escolheram esta povoação e o seu castelo como residência. Desse modo, a primitiva construção da época de Mumadona terá sido demolida e, em seu lugar, erguida a imponente estrutura da Torre de Menagem. O perímetro defensivo foi ampliando e reforçando, nele se rasgando a porta principal, a Oeste sobre a vila, e a chamada *Porta da Traição*, a Leste.

Dentro dos muros dessa cerca terá resistido D. Afonso Henriques (1112-1185), em 1127, ao assédio das forças do rei Afonso VII de Leão e Castela, evento que levou Egas Moniz a garantir aquele soberano a vassalagem de seu amo, libertando a vila do cerco. No vizinho campo de São Mamede, o castelo foi testemunha do embate entre as forças de D. Afonso Henriques e as de D. Teresa (24 de Junho de 1128) que, com a vitória das armas do primeiro, deu origem à nacionalidade portuguesa.

Egas Moniz, dito «*o Aio*» (1080 — 1146) foi um rico-homem portucalense, da linhagem dos Riba Douro uma das cinco grandes famílias do Entre-Douro-e-Minho condal do século XII, a quem Henrique de Borgonha, conde de Portucale confiou a educação do filho, Afonso Henriques, tarefa essa que lhe deu o cognome pelo qual é conhecido.



Por esta altura Portucale era nominalmente dependente de Leão e Castela, então regidos pela rainha D. Urraca. Por morte desta em 1127, sucede-lhe no trono Afonso VII, o qual adopta o título de *imperador de toda a Hispânia*, procurando a vassalagem dos demais reinos, incluindo entre eles também o Condado Portucalense, que há muito demonstrava tendências autonomistas. Em 1128, Afonso Henriques, então com vinte anos, foi feito chefe dos barões que temiam a influência galega sobre Portucale e, forçado a batalhar contra as forças de sua mãe, Teresa de Leão, vence-as nos campos de São Mamede e assume a liderança política do condado, desejando lutar pela independência do Condado e alargar as fronteiras.

Pouco depois, Afonso VII vai por cerco a Guimarães, então sede política do condado, e exige um juramento de vassalagem a seu primo Afonso Henriques; Egas Moniz dirigiu-se ao imperador, comunicando-lhe que o primo aceitava a submissão.

Contudo, depois de deslocar a sua capital para Coimbra (1131), Afonso Henriques sente-se com força para destruir os laços que o ligavam a Afonso VII; faz-lhe guerra e invade a Galiza, travando-se a batalha de Cerneja (1137), da qual saem vitoriosos os portucalenses.

Como Afonso Henriques não cumpriu o acordado por seu aio, Egas Moniz, segundo reza a lenda, ao saber do sucedido, deslocou-se a Toledo, a capital imperial, descalço e com um barão ao pescoço. Acompanhado da sua esposa e filhos, colocou ao dispor do imperador a sua vida e a dos seus, como penhor pela manutenção do juramento de fidelidade de nove anos antes. Diz-se que o imperador, comovido com tanta honra, o perdoou e mandou em paz de

volta a Portucale. Esta parte da vida de Egas Moniz é recontada por Camões no Canto III dos Lusíadas (estrofes 35-40).

Existe um cenotáfio historiado no Mosteiro de Paço de Sousa (monumento que integra a Rota do Românico do Vale do Sousa), do qual foi padroeiro.

Entre o final do século XII e o início do XIII, D. Sancho I (1185-1211) circuitou a parte alta da vila a cavalo, a fim de lhe assinalar um termo, sendo provável que se tivesse iniciado o amuralhamento da vila a partir de então. Em meados do século XIII, sob o reinado de D. Afonso III (1248-1279), iniciou-se o traçado definitivo da cerca da vila, ificando a *vila do Castelo* (parte alta) à *vila de Santa Maria* (parte baixa). Estas obras estariam concluídas ao tempo de D. Dinis (1279-1325), em data anterior a 1322, quando a vila, cujo alcaide era Mem Rodrigues de Vasconcelos, suportou vitoriosa o assédio das tropas do infante D. Afonso. Em seu interior, entretanto, manteve-se o antigo muro da parte alta, demolido por volta de 1420.

Sob o reinado de D. Fernando (1367-1383), foram precedidas obras de reforço na cerca da vila, assediada neste período pelas tropas de Henrique II de Castela, que invadindo Portugal pelo Minho, já haviam conquistado Braga. Era seu alcaide, à época, Gonçalo Pais de Meira (1369).

Quando da crise de 1383-1385, tendo o seu alcaide, Aires Gomes da Silva, mantido o partido de Castela, a vila foi novamente cercada (Junho de 1385), agora pelas forças leais a D. João I (1385-1433), que a conquistaram. Este soberano unificou a jurisdição das duas comunidades (alta e baixa), incorporando-as a um único concelho, doravante denominado como Guimarães (1389). A cerca de Guimarães compreendia, neste período, um perímetro de cerca de dois quilómetros, sendo reforçada por oito torres e rasgada por oito portas.

A partir do século XV, diante dos progressos na artilharia, o **Castelo de Guimarães** perdeu a sua função defensiva. No século seguinte as suas dependências passaram a abrigar a *Cadeia Municipal*, e, no século XVII, um palheiro do rei, acentuando-se a sua ruína.

No século XVIII, mediante solicitação da Colegiada, a cantaria da *Torre de Nossa Senhora da Guia* foi utilizada para as obras da Igreja de São Miguel da Oliveira.

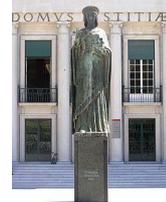
Em 1836, um dos membros da *Sociedade Patriótica Vimaranense* defendeu a demolição do castelo e a utilização da sua pedra para ladrilhar as ruas de Guimarães, já que ele tinha servido como prisão política ao tempo de D. Miguel (1828-1834). Embora tal proposta não tenha sido aceite (por um único voto na Câmara Municipal), em meados do século procedeu-se à demolição da *Torre de São Bento*. A vila foi elevada a cidade em 1853, por D. Maria II (1826-1828, 1834-1853). Posteriormente, sob o reinado de D. Luís (1861-1889) o castelo foi classificado, por Decreto publicado em 19 de Março de 1881, Monumento Histórico de 1a. Classe, o único na região do Minho.

A cidade está historicamente associada à fundação da nacionalidade e identidade Portuguesa. Guimarães, entre outras povoações, antecede e prepara a fundação de Portugal, sendo conhecida como "O Berço da Nação Portuguesa". Aqui tiveram lugar em 1128 alguns dos principais acontecimentos políticos e militares, que levariam à independência e ao nascimento de uma nova Nação. Por esta razão, está inscrito numa das torres da antiga muralha da cidade "Aqui nasceu Portugal", referência histórica e cultural de residentes e visitantes nacionais.



A região em que Guimarães se integra é de povoamento permanente desde pelo menos o Calcolítico Final nacional, como atestam a presença, no concelho, das citânias de Briteiros e de Sabroso ou a Estação arqueológica da Penha.

A Ara de Trajano denuncia a utilização, pelos romanos, das águas termais da vila de Caldas das Taipas.



Estátua de Mumadona Dias em frente ao Tribunal de Comarca

A fundação medieval da actual cidade tem as suas raízes no remoto século X. Foi nesta altura que a Condessa Mumadona Dias, viúva de Hermenegildo Mendes, mandou construir, na sua propriedade de *Vimaranes*, um mosteiro dúplice, que se tornou num pólo de atracção e deu origem à fixação de um grupo populacional conhecido como *vila baixa*. Paralelamente e para defesa do aglomerado, mandou construir um castelo a pouca distância, na colina, criando assim um segundo ponto de fixação na *vila alta*. A ligar os dois núcleos formou-se a Rua de Santa Maria.

Posteriormente o Mosteiro transformou-se em Real Colegiada e adquiriu grande importância devido aos privilégios e doações que reis e nobres lhe foram concedendo. Tornou-se num afamado Santuário de Peregrinação, e de todo o lado acorriam crentes com preces e promessas.

A outorgação, pelo Conde D. Henrique, do primeiro foral nacional (considerado por alguns historiadores anterior ao de Constantim de Panóias), em data desconhecida, mas possivelmente em 1096,^[3] atesta a importância crescente da então vila de Guimarães, escolhida ainda como capital do então Condado Portucalense.

Aqui se daria, a 24 de Junho de 1128, a Batalha de São Mamede.

Idade Média

Como a vila foi-se expandindo e organizando, foi rodeada parcialmente por uma muralha defensiva no reinado de D. Dinis. Entretanto as ordens mendicantes instalam-se em Guimarães e ajudam a moldar a fisionomia da cidade. Posteriormente, os dois pólos fundem-se num único e após o derrube da muralha que separava os dois núcleos populacionais no reinado de D. João I, a vila intramuros já pouco mudará, expandindo-se extramuros com a criação de novos arruamentos como a Rua dos Gatos.^[4]



O Tournal representado numa imagem de 1864.

Haverá ainda a construção de algumas igrejas, conventos e palácios, a formação do Largo da Misericórdia (actual Largo João Franco) em finais do século XVII e inícios do XVIII, mas a sua estrutura não sofrerá grande transformação. Será a partir de finais do século XIX, com as novas ideias urbanísticas de higiene e simetria, que a vila, elevada a cidade, pela Rainha D. Maria II, por decreto de 23 de Junho de 1853,^[5] irá sofrer a sua maior mudança.

Será autorizado e fomentado o derrube das muralhas, haverá a abertura de ruas e grandes avenidas como o actual Largo de Martins Sarmiento, o Largo da Condessa do Juncal e a Alameda de São Dâmaso, e a parquização da Colina da Fundação. No entanto, quase tudo foi feito de um modo controlado, permitindo assim a conservação do seu magnífico Centro Histórico.



A **Igreja de São Miguel do Castelo**, também chamada de **Capela de São Miguel do Castelo**, é uma pequena igreja tardo-românica situada na freguesia da Oliveira do Castelo, Guimarães, junto do Castelo de Guimarães.

Diz a lenda que teria aqui sido baptizado o primeiro rei de Portugal, Afonso Henriques, o que parece carecer de fundamento, dado o templo datar do século XIII; ainda assim, guarda-se aqui a pretensa pia baptismal que serviu para tal feito.

Na verdade, a Igreja foi mandada construir pela Colegiada de Santa Maria do Castelo, tendo sido sagrada pelo primaz de Braga, Silvestre Godinho, em 1239. Pela sua datação, o românico já não é perfeito, e parece prenunciar em alguns aspectos a ascensão do gótico.

Ao longo do tempo foi caindo em ruínas, estado em que se encontrava em meados do século XIX, quando a Sociedade Martins Sarmiento decidiu restaurar a capela, que viria a ser declarada monumento nacional em 16 de Junho de 1910, em simultâneo com os vizinhos Castelo de Guimarães e Paço dos Duques de Bragança, formando assim um complexo de grande importância não só histórica, como também arquitectónica.

O **Paço dos Duques de Bragança** (tipicamente designado de apenas **Paço dos Duques**) foi construído no século XV, em Guimarães, por D. Afonso, 1.º duque de Bragança, e o estilo borgonhês deste palácio reflecte os seus gostos, adquiridos nas viagens pela Europa, ainda que o aspecto actual tenha sido recriado, de forma polémica, durante o Estado Novo.



O palácio ficou vazio quando a família dos Braganças se mudou para Vila Viçosa (para o Paço Ducal de Vila Viçosa). Durante este espaço de tempo, o edifício foi sendo pilhado e perdendo gradualmente a forma original que permanece ignorada. Em 1933, sob a governo de Salazar, foi transformado em residência oficial do presidente depois da sua controversa recuperação.

Algumas salas no seu interior compõem um museu, onde se podem destacar belos tapetes persas, tapeçarias flamengas (sobre as conquistas do Norte de África) e pinturas tais como o

impressionante *Cordeiro Pascal* de Josefa de Óbidos ou o retrato de Catarina de Bragança. Prestando a habitual homenagem às proezas marítimas dos portugueses, o tecto da sala de banquetes imita o casco virado de uma Caravela.

AMARES HISTÓRIA



Amares é uma vila portuguesa pertencente ao Distrito de Braga, região Norte e sub-região do Cávado, com cerca de 1 300 habitantes.

É sede de um pequeno município com 81,86 km² de área e 18 521 habitantes (2006) ^[1], subdividido em 24 freguesias. O município é limitado a norte e nordeste pelo município de Terras de Bouro, a sueste por Vieira do Minho e Póvoa de Lanhoso, a sul por Braga e a noroeste por Vila Verde

A Ponte do Porto ou Prozelo, é uma ponte medieval que atravessa o Rio Cávado entre os concelhos de Braga e Amares. Aqui nasceu o ilustre Grão-Mestre da ordem dos Templários, Dom Gualdim Pais, fundador das cidades de Tomar e Pombal, O Mosteiro de Santo André de Rendufe é um mosteiro situado na freguesia de Rendufe, concelho de Amares, distrito de Braga, Portugal.

A data certa da construção deste mosteiro beneditino é desconhecida, mas sabe-se que a sua primitiva igreja estava já totalmente edificada em 1151.



Egas Viegas de Penagate, nobre medieval português, foi o fundador deste Mosteiro. Foi também um mestre dos templário entre os anos de 1157 e 1196. Teve as Terras de Bouro, associadas às de Penela, entre os rios Cávado e o Lima A Ponte do Porto ou Prozelo, é uma ponte medieval que atravessa o Rio Cávado entre os concelhos de Braga e Amares.

HISTÓRIA DE BARCELOS

Barcelos é uma cidade portuguesa no Distrito de Braga, região Norte e subregião do Cávado, com cerca de 20.625 habitantes.

É sede de um município com 378,70 km² de área e 124 555 habitantes (2008), subdividido em 89 freguesias (é o concelho com maior número de freguesias em todo o país). O município é limitado a norte pelos municípios de Viana do Castelo e Ponte de Lima, a leste por Vila Verde e por Braga, a sueste por Vila Nova de Famalicão, a sudoeste pela Póvoa de Varzim e a oeste por Esposende.



História

O concelho de Barcelos recebeu foral de D. Afonso Henriques em 1140. A elevação de Barcelos a cidade foi feita por Decreto, em 6 de Setembro de 1928.



A Matriz de Barcelos, terá começado a ser construída no século XIII,

por volta de 1464, D. Fernando, segundo Duque de Bragança e nono Conde de Barcelos, por ordem de D. Diogo de Sousa, arcebispo de Braga,

A Igreja de Santa Maria de Abade de Neiva fica localizada na freguesia de Abade de Neiva, concelho de BarceA primeira construção no local ocorreu em 1152 por iniciativa de D. Mafalda, mulher de D. Afonso Henriques, mas não chegou a concluir em virtude de seu falecimento. Em 1220 a igreja já era do padroado real. Em 1301 foi doada por D. Dinis a Mestre Martinho, físico do Rei e Cónego da Sé de Braga. Em 1310 o Arcebispo D. Martinho de Oliveira, a pedido de Mestre Martinho, institui nesta igreja uma Colegiada, composta de Reitor e três Capelães. O antigo Mosteiro de São Martinho de Manhente, na actual freguesia de Manhente Este mosteiro foi fundado por D. Pedro Afonso Dorraes e sua esposa D. Gotinha Oeris, tendo passado depois à sua filha D. Teresa Pires casada que foi com D. Ramiro Aires, Nobre e Rico-homem do Condado Portucalense e um dos primeiros a usar o nome de família Carpinteiros

O Castelo de Faria localiza-se na freguesia de Pereira



A primitiva ocupação humana deste sítio remonta a c. 3.000 a.C., Fragmentos cerâmicos e outros vestígios remetem a contatos comerciais com povos do Mediterrâneo entre o século V e o século IV a.C.. Outros vestígios apontam a ocupação Romana entre o século I e o VI



O Paço dos Condes de Barcelos ou Paço dos Duques de Bragança, foi construído na primeira metade do século XV por ordem de D. Afonso, oitavo conde de Barcelos e primeiro duque de Bragança.

A Ponte medieval de Barcelos, sobre o Rio Cávado, foi construída entre 1325 e 1328 por ordem de Pedro Afonso 3º Conde de Barcelos.



O Pelourinho de Barcelos, também conhecido por picota terá sido construído nos finais do século XV ou princípios do século XVI.



A Torre do Cimo da Vila, foi ocupada desde o final do século XVII até 1932, por uma cadeia, que substituiu a antiga prisão do Tronco. Posteriormente, serviu como armazém do Museu Arqueológico do Alcaide de Faria que tem como acervo objectos encontrados na Citânia da Franqueira ou Castro de Faria e nas ruínas do Castelo de Faria.



O Forno Castrejo está situado no sopé do Monte do Facho freguesia de Galegos Santa Maria, Barcelos, foi descoberto apenas na década de 70 do século XX, mas remonta à Idade do Ferro. A Laje dos Sinais é um penedo onde foram desenhadas gravuras de arte rupestre, na freguesia de Carvalhas.



António José de Sousa Barroso (Remelhe, Barcelos, 5 de Novembro de 1854 - Porto, 31 de Agosto de 1918) foi missionário em África, bispo de São Tomé de Meliapor e enfim bispo do Porto.

Francisco Manuel Lumbrales de Sá Carneiro, GC TE, GC C, GC L, (Porto, 19 de Julho de 1934 — Camarate, 4 de Dezembro de 1980) foi um advogado e político português, fundador e líder do Partido Popular Democrático / Partido Social Democrata, e ainda Primeiro-Ministro de Portugal, durante cerca de onze meses, no ano de 1980.

Alexandre Gustave Eiffel (Dijon, 15 de Dezembro de 1832 — Paris, 27 de Dezembro de 1923) foi um engenheiro francês que participou da construção da Estátua da Liberdade em Nova Iorque e da Torre Eiffel de Paris, e também fez a Ponte do Eiffel de Barcelos.



A mais antiga referência ao mosteiro beneditino de Vilar de Frades data de 1509.^[5] Contudo, segundo Frei Leão de São Tomás, teria existido uma carta do monge beneditino frei Drumário, escrita em 7 de Outubro de 571 que datava a fundação do mosteiro em 566, pela mão de São Martinho de Dume.



Mestre João Vicente, fundador da Ordem dos Lóios e do Convento de Vilar de Frades



A freguesia de Cambeses, Barcelos, é mais velha que o próprio país. Como se pode confirmar no documento exposto.

Carta de D. Afonso Henriques a confirmar à Sé de Braga o couto outorgado por D. Teresa — 27 de Maio de 1128

É também conhecido como o Documento da Fundação de Portugal.

As Inquirições de D. Afonso III informam que S. Pedro do Monte (nome desta freguesia durante séculos) era sede da honra de *Farlães*. A partir do século XIV, no Solar dos Correias (Solar de Fralães) teve sede o *Concelho de Fralães* (que incluía também Viatodos e parte de

Silveiros); viria a ser extinto em Dezembro de 1836, conjuntamente com inúmeros municípios portugueses. Conserva-se documentação variada desta autarquia

Sabe-se que no Monte d'Assaia houve uma antiquíssima cidade-citânia. Com o nome de *S. Cristóvão de Silveiros*, a freguesia surge já referenciada no século XI, no *Censual do Bispo D. Pedro*.

No século XIII, nasceu aqui o famoso conquistador Paio Peres Correia, filho de D. Pêro Pais Correia, identificado na freguesia de Balasar. O nome de vários irmãos de D. Paio Peres Correia ocorre com frequência em freguesias vizinhas, bem como o do marido duma irmã e outros familiares menos chegados.

As Inquirições de D. Afonso III informam que S. Pedro do Monte (nome desta freguesia durante séculos) era sede da honra de *Farlães*. A partir do século XIV, no Solar dos Correias (Solar de Fralães) teve sede o *Concelho de Fralães* (que incluía também Viatodos e parte de Silveiros); viria a ser extinto em Dezembro de 1836, conjuntamente com inúmeros municípios portugueses. Conserva-se documentação variada desta autarquia.

Entre os naturais ilustres da freguesia conta-se também o pianista e compositor Luís Costa. Nela viveu, ainda que intermitentemente, o antigo vereador da Câmara do Porto e director do Museu Nacional de Soares dos Reis Manuel de Figueiredo bem como o escritor popular *Aires do Rio*.

No adro paroquial, à sombra duma antiquíssima oliveira, vê-se uma mesa de pedra, de 1684, que era com muitas probabilidades a Pedra do Acordo da antiga Confraria de Subsino. A uns 300 m da igreja, já próximo da Granja, ergue-se o cruzeiro paroquial, que ostenta a inscrição: "PEDRO ANTUNES O MANDOU FAZER 1626".

Figuras notáveis da Terra RIO COVO S^a EULÁLIA

Gonçalo Nunes de Faria (Filho do alcaide de Faria) foi abade de Santa Eulália

Antão GONçalves Pereira, Governador dos descobrimentos da Guiné e Abade desta freguesia no sec. XV

Fr. João de Santa Eulália, Franciscano, duas vezes provincial desta ordem e importante homem de letras no Séc XVII.

Dr. Fr. D. João Baptista da Sylva, duas vezes abade geral da ordem dos Beneditinos em Tibães, nascido na Casa de Paços em 1679.

Dr. Teotónio José da Fonseca, historiador local autor da monografia *O Conselho de Barcelos Aquém e Além-Cávado* (1948), da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Nascido na Casa De Paços em 1875 e falecido.

Anteriormente foi conhecida por **São Julião do Calendário** do Neiva e por São Julião do Calendário do Tamel. Depois passou a ser conhecida por São Julião da Silva e, actualmente, só por Silva. D. Guterre Paes da Silva, galego e neto de um rei de Leão, foi o primeiro a adoptar o

apelido "Silva". Por volta do ano 1040, um ramo da família Silva partiu para Portugal e estabeleceu-se na freguesia de São Julião, então no concelho de Valença, onde construiu uma grande casa cujo nome deu origem à actual freguesia da Silva, por volta do século XVI. A casa tem uma capela dedicada a S. Bento, com a data de 1587 inscrita sobre a porta. A sua última proprietária foi a D. Maria Antónia de Sousa da Silva Alcoforado, falecida em 1935, que a doou por testamento à Congregação dos Missionários do Espírito Santo. Estes fundaram aí um seminário que continua em funcionamento.

A **Igreja de Santa Maria de Abade de Neiva** fica localizada na freguesia de Abade de Neiva, concelho de Barcelos.



Em tempos antigos a designação da paróquia era simplesmente Abade ou, melhor, Santa Maria do Abade, uma das paróquias da "terra" ou julgado medieval de Neiva. As Inquirições de 1220 lhe chamam em latinismo *Abade*.

A primeira construção no local ocorreu em 1152 por iniciativa de D. Mafalda, mulher de D. Afonso Henriques, mas não chegou a concluir em virtude de seu falecimento. Em 1220 a igreja já era do padroado real. Em 1301 foi doada por D. Dinis a Mestre Martinho, físico do Rei e Cónego da Sé de Braga. Em 1310 o Arcebispo D. Martinho de Oliveira, a pedido de Mestre Martinho, instituiu nesta igreja uma Colegiada, composta de Reitor e três Capelães.

Datam possivelmente do século XIV os começos da fábrica da actual igreja, o que poderia relacionar-se com a doação do padroado e a instituição da Colegiada. Foi doada em 1410 a D. Afonso, futuro 1º Duque de Bragança, em cuja casa se manteve até 1833. A torre possivelmente foi erguida no século XV. Em 1732 foi mandada consertar a galilé então existente sobre a fachada principal, e dois anos depois foram mandados abrir 2 campanários na torre e erguer um coro, bem como pintar o tecto e rebocar as paredes da capela-mor e da nave. Já em 1758 as paredes do adro foram reformadas, mas em 1831 o edifício estava em ruínas. Em 1904 ocorreram obras de reconstrução na parede da frente, que ameaçava cair, e remover o soalho do corpo da igreja.

Vila Nova de Famalicão

É uma cidade portuguesa no Distrito de Braga, com cerca de 27 900 habitantes. História

Os vestígios históricos sobre a origem do povoamento desta terra, levam-nos à Idade do Ferro, mais propriamente a vestígios arqueológicos de castros pelo concelho.



No entanto, as origens de *Vila Nova* remontam mais propriamente ao reinado de D. Sancho I, segundo rei de Portugal, que detinha na zona um reguengo, este elaborou uma carta foral no ano de 1205, afim de criar raízes populacionais nessa zona .

São Pedro de Esmeriz, durante o domínio romano teve influência a sua proximidade à via Cale Bracara, via importante para quem se dirigia do sul do país para a cidade de Bracara. O seu topónimo Hermeriz ou Ermeriz, e que mais tarde se tornou Esmeriz significava "forte rei" na época dos suevos godos. Esta freguesia tem o nome do padroeiro São Pedro, de Esmeriz.

Riba de Ave pertencia na altura à Terra de Vermoim, uma região que, a partir de 19 de Setembro de 1410, passou a fazer parte aos domínios do oitavo Conde de Barcelos, filho bastardo do rei D. João I

O templo original foi fundado no século VII por iniciativa de São Frutuoso, Bispo de Dume e de Braga durante a época visigótica e destruído pelos mouros no século XI. Foi posteriormente reconstruído por iniciativa de D. Garcia I (1042-1090), rei da Galiza, filiando-se ao movimento arquitectónico românico



SÃO MARTINHO DO VALE a terra natal de Tomás Pereira, o célebre padre jesuíta que viveu na China entre 1674 e 1708 ao serviço do Imperador, sendo responsável pela introdução da primeira lei de liberdade religiosa na China, e pelo primeiro tratado diplomático entre a Europa e a Ásia, o tratado Sino-Russo de Nerchinsk.

São Mateus de Oliveira nasce para a história em 1033. Em Outubro de 1085 foi fundada a Igreja de Soalhães, que assumiu grande importância na história religiosa nacional. Nas Inquirições de 1258, voltam as referências a “Sancti Mathei de Soelaes in Carrazedo”. Em 1290, é citada “Freguesia de Sam Mateus de Soualhães”. Oliveira São Mateus, como designação, surge-nos na documentação, apenas a partir do século XVI, pois anteriormente era denominada de Soalhães.

A Casa de Camilo, designação habitual da residência do escritor Camilo Castelo Branco.



Em 1 de Junho de 2005, por ocasião dos 115 anos do falecimento do escritor, foi inaugurado, em terrenos fronteiros à Casa de Camilo um edifício da autoria do arquitecto Álvaro Siza Vieira, que compreende um auditório, salas de leitura e de exposições temporárias, cafetaria, gabinetes de trabalho e reservas.

O Mosteiro de Santa Maria de Landim situa-se na freguesia de Landim, Vila Nova de Famalicão

As origens do Mosteiro de Santa Maria de Landim remontam aos alvares da Baixa Idade Média, muito embora sejam contraditórias e escassas as notícias sobre a sua fundação. Apesar da incerteza das datas, terá sido o seu fundador D. Gonçalo Rodrigues da Palmeira, filho do Conde Rodrigo Forjaz de Trastâmara, membro da linhagem dos Travas, que foi companheiro de armas de Henrique da Borgonha, pai de D. Afonso Henriques. Este Gonçalo Rodrigues, que ocupou lugares de relevo na corte de D. Teresa e esteve na origem da linhagem dos Pereira através de um seu filho, terá fundado o primitivo Monasterio de Nandim entre 1110 e 1128, tendo-o dotado mais tarde com o domínio da Palmeira que lhe coutou D. Afonso Henriques. A doação foi confirmada pelos seus filhos em documento de 1177, numa altura em que o Mosteiro, cuja comunidade original adoptou com toda a certeza os cânones da tradição hispânica, já estava reformado pelos Cónegos Regrantés de Santo Agostinho, sediados em Santa Cruz de Coimbra, conforme se lê no texto onde é designado por Monasterio de Nandim & Ordini Sancti Agustini . Nas Inquirições de 1258 aparece pela primeira vez com o nome de Monasterio de Sancte Marie de Nandim, e manter-se-ia sempre no seio dos crúzios até à sua extinção em 1770.

Fafe



É uma cidade portuguesa no Distrito de Braga, Região Norte e subregião do Ave, com cerca de 14 144 habitantes.

A freguesia de Travassós tem como antecedentes: *Travaçós, Travaaços, Travaços, Travacolos, Travaazolos e Travazoos*.

É terra *mui* antiga e muito anterior à fundação da Nacionalidade, aliás se cita para esta freguesia, como penhor da sua antiguidade, um documento do século X (em 950-951), o « Mandamento de Travazolos... » dado por Ramiro II ao mosteiro de Guimarães em 1014. Em 1258, o orago da freguesia em Santo André: « Inquisito Judicatus de Travazoos et parrochiamorum eccliesil Santi Andree », no ano depois , em 1290, a freguesia tem já outro santo padroeiro, o que chegou até aos nossos dias, Santo Tomé: «freguesia de Sam Thome de Travaaços ». Curiosamente, nos séc. XIV e séc. XVI|XVI a documentação volta a citar Santo André. « Parecer haver certa hesitação quanto ao orago », Segundo Avelino de Jesus da Costa Pinho Leal, a freguesia Travaços é mais antiga que a monarquia portuguesa e foi solar dos verdadeiros Travaços ou Travassós de Portugal.



O primeiro que consta tenha assinado com este apelido foi *D. Pedro de Travaços*, que viveu durante o reinado de D. Sancho I e de D. Afonso II, de 1185 a 1223 e teve descendência.

VIEIRA DO MINHO

Vieira do Minho é uma vila portuguesa no Distrito de Braga, região Norte e subregião do Ave, com cerca de 2 300 habitantes.



História

A antiga freguesia era reitoria da apresentação do reitor de Santa Maria de Veade. Chamou-se antigamente Vilar de Vacas e vem mencionada pela primeira vez em documentos de 1426. Pertenceu à Casa de Bragança e à província de Trás-os-Montes.

Foi uma das «Sete Honras de Barroso» e constituiu, em conjunto com a freguesia de Campos, o couto de Ruivães. Foi vila e sede de concelho extinto em 31 de Dezembro de 1853. Em 1836 pertencia à comarca de Chaves e, em 1842, como julgado e concelho, reunia as freguesias de Cabril, Campos, Covelo do Gerês, Ferral, Pondras, Reigoso, Ruivães, Salto, Venda Nova e Vila da Ponte. Com a extinção do concelho em 1853 as freguesias passaram para o concelho de Montalegre, com a excepção de Ruivães e Campos que passaram a integrar o concelho de Vieira do Minho. Tinha, em 1849, 6 232 habitantes.

Possuía força no lugar da Tojeira, da qual já não resta qualquer testemunho ou vestígio.

Em 1695 existia já o morgado de Ruivães, de que foi seu instituidor Gervásio da Pena Miranda. Deste descende toda uma linha de ilustres capitães-mores, senhores da Casa de Dentro.

Além das invasões francesas, Ruivães foi palco de acasas lutas entre liberais e miguelistas. Numa das suas casas esteve aquartelado Paiva Couceiro e suas tropas. Do último capitão-mor de Ruivães, miguelista convicto, conta-se que terá sido assassinado por ordens dos liberais vitoriosos em 8 de Junho de 1832, quando seguia de sua casa — Casa de Dentro — para o Gerês, a tomar águas.

A Ponte de Mizarela fica a cerca de 1 km da confluência do Rio Rabagão e do Cávado, próximo da povoação de Frades, e era a única ligação que permitia passar para a outra margem, pertencente ao concelho de Montalegre. Segundo a lenda, esta ponte foi construída pelo Diabo.

Havia um mau homem em terras de Além Douro, a quem a justiça, encarniçadamente perseguía, por vários crimes e que sempre escapava, como conhecedor que era dos esconderijos proporcionados pela natureza. Apertado, porém, muito de perto, embrenhou-se um dia no sertão e, transviado, achou-se de repente à borda de uma ribeira torrencial, em sítio alpestre e medonho, pelo alcantilado dos penedos e pelo fragor das águas que ali se despenhavam em furiosa catadupa. Apelou o malvado para o Anjo-Mau e tanto foi invocá-lo que o Diabo lhe apareceu. “Faz-me transpor o abismo e dou-te a minha alma”, disse-lhe. O Diabo aceitou o pacto e lançou uma ponte sobre a torrente. O réprobo passou e seguiu sem olhar para trás como lhe fora exigido, mas pouco depois sentiu grande estrépito, como de muitas pedras que se derrocavam, e ninguém mais ouviu falar da improvisada ponte. Os anos volveram e, enfim, chegou a hora do passamento. Moribundo e arrependido, confessou ao sacerdote o seu pacto. Este foi ao sítio da ponte e tratou igual pacto com o Diabo. A ponte

reapareceu e o sacerdote passou, mas tirando rápido, um ramo de alecrim, molhou-o na caldeirinha que levava oculta, três vezes aspergiu, fazendo o sinal da cruz e pronunciando as palavras sacramentais dos exorcismos. O mesmo foi fazê-lo que sumir-se o Demónio, deixando o ar cheio de um vapor acre e espesso, de pez e resina, de envolta com cheiro sufocante de enxofre, ficando de pé a ponte.



Henrique Mitchell de Paiva Couceiro (Lisboa, 30 de Dezembro de 1861 — Lisboa, 11 de Fevereiro de 1944) foi um militar, administrador colonial e político português que se notabilizou nas campanhas de ocupação colonial em Angola e Moçambique e como inspirador das chamadas *incursões monárquicas* contra a Primeira República Portuguesa em 1911, 1912 e 1919. Presidiu ao governo da chamada Monarquia do Norte, de 19 de Janeiro a 13 de Fevereiro de 1919, na qual colaboraram activamente os mais notáveis integralistas lusitanos. A sua dedicação à causa monárquica e a sua proximidade aos princípios do Integralismo Lusitano, conduziu-o por diversas vezes ao exílio, antes e depois da instituição do regime do Estado Novo em Portugal.

TERRAS DE BOURO



. Terras de Bouro é uma vila portuguesa no Distrito de Braga, região Norte e subregião do Cávado, com cerca de 1 800 habitantes.



Vilar da Veiga é uma freguesia portuguesa do concelho de Terras de Bouro, com 83,64 km² de área e 1 530 habitantes (2001). Densidade: 18,3 hab/km². Foi elevada a vila em 16 de Agosto de 1991, sob a designação de Termas do Gerês

As Termas do Gerês situam-se na vila do Gerês, freguesia de Vilar da Veiga, Concelho de Terras de Bouro.



As referências históricas das Termas do Gerês remontam à época dos Romanos, mas apenas no início do século XVIII é construído o primeiro Estabelecimento Termal.

Campo do Gerês é uma freguesia portuguesa do concelho de Terras de Bouro, distrito de Braga, também conhecida por São João do Campo com 62,38 km² de área e 187 habitantes (2001), logo com densidade de 3,0 hab/km².



Esta antiga aldeia está situada junto à Mata da Albergaria em pleno Parque Nacional da Peneda-Gerês, a 15 km da sede do concelho. Alberga o Museu Etnográfico de Vilarinho das Furnas para preservação da memória da localidade submersa em 1972 devido à construção de uma barragem.



Situado num entroncamento, o **Cruzeiro de São João do Campo**, (Braga, Terras do Bouro, Campo do Gerês) tem a particularidade de ter como suporte um

marco miliário romano. Trata-se de um monólito bem conservado, de granito ordinário. Uma cruz latina em madeira com Cristo em pedra.

Todo o conjunto é coberto por uma estrutura metálica em triângulo assente em três colunas circulares de granito simples. A base tem forma circular com três degraus.

A **Via Nova**, também conhecida por **Geira** ou **Via XVIII do Itinerário de Antonino** é uma estrada romana que ligava duas importantes cidades do Noroeste da Península Ibérica: Bracara Augusta, actual cidade de Braga, em Portugal e a cidade de Asturica Augusta, hoje Astorga, em Espanha.

Esta Via romana ligava estas duas importantes cidades num trajecto de CCXV milhas, aproximadamente 318 km. A *Geira*, ou Via Nova foi inaugurada, provavelmente, no final do século I d.C., por volta do ano 80, sob a égide de Tito e Domiciano.



Acredita-se que a construção da Via Nova veio reforçar a rede viária romana, conferiu maior mobilidade aos exércitos, permitiu um reordenamento do território e possibilitou uma maior actividade mineira e transição destes bens (sobretudo a circulação do ouro das Minas de Las Medulas, conjunto classificado como Património Mundial da Humanidade).

A **Cascata do Arado** é uma cascata portuguesa fluvial localizada próxima à aldeia da Ermida, freguesia de Vilar da Veiga, concelho de Terras de Bouro e distrito de Braga.



Esta cascata caracteriza-se por se localizar num curso de água de alta montanha, no rio Arado em que o desnível do terreno é vencido por uma sucessão de cascatas que terminam num lago de águas cristalinas nas proximidades da aldeia da Ermida, localizada a Leste das Termas do Gerês.

O caminho para esta cascata faz-se a partir da aldeia da Ermida, por uma estrada florestal rodeada de vegetação abundante até ao cruzamento desta com o entroncamento que vai para o sítio de Pedra Bela. A partir deste local faltam cerca de 1 quilómetro e meio até à ponte sobre o rio Arado.

Vila Verde



È uma vila portuguesa pertencente ao distrito de Braga, região Norte e subregião do Cávado, com cerca de 3 800 habitantes.



Penal, também conhecido por Portela de Penal ou Portela das Cabras, foi-lhe concedido foral por D. Manuel I, em 6 de Outubro de 1514.



Foi fundado em 24 de Outubro de 1855, com a extinção de outros concelhos como, Pico de Regalados, Vila Chã e Larim, Penal e Prado, cujas origens remontam a nebulosos tempos da Pré-História e da Idade Média. Pico de Regalados, primitivamente, foi couto dado por D. Afonso Henriques ao Arcebispo de Braga, D. Paio Mendes. Foi tido como um dos mais antigos e aristocráticos do País. D. Manuel I concedeu-lhe foral em 13 de Novembro de 1513.

Até ao início do século XIX constituiu o couto de Valdreu. Tinha, em 1801, 1 010 habitantes. Foi integrado no concelho de Pico de Regalados, extinto em 1855.

Em 15 de Agosto de 1534, Inácio e seis outros estudantes (o francês Pedro Fabro, os espanhóis Francisco Xavier, Alfonso Salmerón, Diego Laynez, e Nicolau de Bobadilla e o português Simão Rodrigues) encontraram-se na Capela dos Mártires, na colina de Montmartre, e fundaram a Companhia de Jesus - para "desenvolver trabalho de acompanhamento hospitalar e missionário em Jerusalém, ou para ir aonde o papa nos enviar, sem questionar". Em 1537 viajaram até Itália em busca de aprovação papal da sua nova ordem.



Torre medieval

A actual estrutura foi erguida por Mem Rodrigues de Vasconcelos, cavaleiro de D. Dinis na guerra que opôs este monarca ao seu filho, o futuro rei D. Afonso IV. D. Dinis autorizou a construção de uma "*domus fortis*", em documento datado de 5 de Outubro de 1322, onde se refere que ele "*havia proibido a construção destas casas fortificadas a não ser com sua expressa autorização*". Esta fortificação tinha a função de proteger Mem Rodrigues no cargo que então ocupava, o de Meirinho-mor do soberano na região de Entre-Homem-e-Cávado, onde a autoridade real era contestada por Pedro Anes de Vasconcelos, tio de Mem Rodrigues



Celorico de Basto



Terá sido ocupado desde tempos muito remotos, tal como nos testemunham as marcas que as civilizações mais antigas por aqui deixaram.

Martim de Carvalho recebeu a Honra de Carvalho que lhe foi confirmada pelo rei D. Dinis I de Portugal.

O Castelo de Arnóia, também conhecido como Castelo dos Mouros ou Castelo de Moreira, ergue-se na povoação e Freguesia de Arnóia, concelho de Celorico de Basto, Distrito de Braga, em Portugal.



Cabeceiras de Basto



é uma vila portuguesa no Distrito de Braga, região Norte e sub-região do Ave, com cerca de 4 400 habitantes.



O Mosteiro de São Miguel de Refojos de Basto ou Convento de Refóios, fica situado na freguesia de Refojos de Basto, em Cabeceiras de Basto, Portugal.

O primeiro documento relativo ao Mosteiro data de 1122. D. Afonso Henriques em 1131 concede carta de couto ao mosteiro.

As obras do actual mosteiro tiveram início em 1755, sendo acordadas entre o arquitecto bracarense André Soares e o abade Frei Francisco de S. José. Com o aproximar-se do fim das obras deu-se a chegada ao mosteiro de Frei José de Santo António Vilaça, que ali trabalhou de 1764 a 1770.

A fachada da igreja distingue-se pelas suas enormes dimensões, dos lados direito e esquerdo estão colocadas as estátuas em tamanho natural do fundador da Ordem de São Bento – São Bento de Núrcia, e de Santa Escolástica.

O Mosteiro foi vendido pelo Estado, depois da extinção das ordens religiosas, em 1834.

Esposende



é uma cidade portuguesa no Distrito de Braga, região Norte e subregião do Cávado, com cerca de 9 100 habitantes.

Esposende foi elevada à categoria de Vila, por foral do rei D. Sebastião em 19 de Agosto de 1572.

Elevação da sede do município a cidade em 02 de Julho de 1993.

O Menir de São Paio de Antas ou Menir de Pedra a Pé é um monumento megalítico da pré-história^[1] localizado no monte sobranceiro à Igreja Paroquial de São Paio de Antas, na freguesia de Antas, no concelho de Esposende.



A Ponte de Fão é uma ponte sobre o rio Cávado, localizada no concelho de Esposende, distrito de Braga. A ponte foi inaugurada a 7 de Agosto de 1892, aquando recebeu o nome oficial de Ponte Luís Filipe como homenagem ao príncipe herdeiro.

O desenho de engenharia deve-se a Abel Maria Mota, tendo os trabalhos decorrido sob orientação de um engenheiro francês de nome Reynau. Atendendo a que nessa mesma época vivia em Barcelos o célebre engenheiro Gustave Eiffel, é usual atribuir-se-lhe influência nesta construção.



O Cemitério medieval das Barreiras, situado no lugar das Barreiras, freguesia de Fão, no concelho de Esposende, é um dos exemplares mais importantes do conjunto de cemitérios pertencentes à Idade Média europeia. Escavado desde 1989, revelam-se uma série de sepulturas feitas com pedras avulsas, com tampa. Pelo tamanho das sepulturas e pelos restos de ossos analisados pode-se identificar a idade, sexo e o estado de saúde das pessoas que ali foram enterradas.



O Castro de São Lourenço encontra-se no monte do mesmo nome, ao Norte de Esposende, perto de Vila Chã, a uma altura de 200m acima do mar, num dos esporões graníticos da arriba fóssil que se estende desde o Monte Faro (Palmeira de Faro) até S. Paio de Antas (Esposende).



Este castro foi classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto 1/86, DR 2, de 3 de Janeiro de 1986.

Foi edificado entre 1699 e 1704, sob o reinado de Pedro II de Portugal (1667-1706), tendo sofrido posteriormente alguns cortes na sua estrutura.



Junto a este forte ergue-se o Farol de Esposende.

Póvoa de Lanhoso



A **Póvoa de Lanhoso** é uma vila portuguesa no Distrito de Braga, região Norte e subregião do Ave, com cerca de 4 600 habitantes.

É sede de um município com 131,99 km² de área e 22 772 habitantes (2001), subdividido em 29 freguesias. O município é limitado a norte pelo município de Amares, a leste por Vieira do Minho, a sul por Fafe e por Guimarães e a oeste por



A primitiva ocupação humana do sopé do monte onde o castelo se ergue remonta à pré-história, durante o período calcolítico, conforme atestado pela recente pesquisa arqueológica.

Após a Invasão romana da Península Ibérica, vizinho da estrada que ligava *Bracara Augusta* (atual Braga), *Aquae Flaviae* (hoje Chaves) e Astorga pelo Sul do rio Cávado, aqui foi erguida uma torre militar.

Entre o século X e o século XI, a antiga fortificação romana encontrava-se reduzida aos seus alicerces. O arcebispo D. Pedro (I) de Braga (1071-1091), visando a defesa avançada da sede episcopal de Braga, determinou a construção do castelo, conforme placa epigráfica no silhar (a mais antiga em um castelo de Portugal), acompanhando os alicerces e o perímetro da primitiva fortificação.

Nesta defesa se refugiou Dna. Teresa de Leão, viúva do conde D. Henrique (1093-1112) e mãe de D. Afonso Henriques, quando foi atacada pelas forças de sua meia-irmã, D. Urraca, rainha de Leão. Aqui cercada pelas tropas de D. Urraca (1121), D. Teresa conseguiu negociar um acordo - o Tratado de Lanhoso – graças ao qual salvou a chefia do seu condado. Mais tarde, D. Teresa para lá retornou, segundo a tradição, detida por seu próprio filho após a Batalha de São Mamede (1128), o que é contestado pela moderna historiografia, que aponta ter esta senhora verdadeiramente falecido na Galiza (1130).

De qualquer modo, datará do final do século XII e o início do século XIII a reforma do castelo, com a construção da torre de menagem. O castelo era então o que se chamava de *cabeça de terra*, o que traduz a sua importância regional.

Nesse contexto, no século XIII, o castelo foi palco de um terrível crime passional: o seu alcaide, D. Rui Gonçalves de Pereira, tetravô do Condestável D. Nuno Álvares Pereira, que se encontrava fora do castelo, ao se inteirar da infidelidade conjugal de sua esposa, Inês Sanches, enamorada de um frade do mosteiro de Bouro, retornou e, fechando-lhe as portas, ordenou que se incendiasse a alcáçova, provocando com isso a morte da infiel e seu amante, bem como dos serviçais, que implicou como cúmplices por não terem denunciado o fato. Os antigos relatos referem que ninguém escapou com vida do incêndio, sequer os animais domésticos.

Posteriormente, em 1264, o alcaide D. Godinho Fafez, bisneto de Fafez Luz, senhor dos domínios de Lanhoso à época de D. Afonso Henriques,



nomeou como seu sucessor Mem Curvo. Ao final do século, já sob o reinado de D. Dinis (1279-1325), este soberano concedeu foral à vila de Póvoa de Lanhoso (25 de Setembro de 1292), renovado sob o reinado de D. Manuel I (1495-1521) (Foral Novo, 4 de Janeiro de 1514).

O santuário de Nossa Senhora do Pilar

Com o início da Idade Moderna, consolidadas as fronteiras do reino, o castelo perdeu progressivamente a sua importância estratégica, vindo a conhecer o abandono e a ruína. Esse processo seria acentuado a partir do final do século XVII, quando André da Silva Machado, um comerciante abastado do Porto decidiu erguer uma réplica do Santuário do Bom Jesus de Braga. Para esse fim, obteve autorização para demolir o antigo castelo e reaproveitar a pedra para edificar um santuário sob a invocação de Nossa Senhora do Pilar (1680). Iniciou-se assim o desmonte de parte da barbacã e das muralhas, edificando-se no interior do recinto uma igreja, a escadaria e as capelas de peregrinação: o Santuário de Nossa Senhora do Pilar.

As obras do santuário prosseguiram ainda em 1724, ao passo que Craesbeeck (*Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho no ano de 1726*) descreve o estado de ruína do castelo, visão corroborada pelo reitor Paulo Antunes Alonso (*Memórias Paroquiais, 1758*), ao referir que dele restava apenas a Torre de Menagem, cujo cunhal sudoeste se apresentava danificado pela queda de um raio.

Do século XX aos nossos dias

O castelo foi classificado como Monumento Nacional por Decreto publicado em 23 de Junho de 1910. A intervenção do poder público iniciou-se a partir de 1938, quando a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) deu início a obras de consolidação e restauro, entre as quais trabalhos de prospecção arqueológica, limpeza, reconstituição dos dois cubelos ladeando o portão de entrada, do arco desse portão, da torre de menagem, de troços das muralhas, e ainda de uma estrada de acesso ao castelo e de beneficiações diversas no Santuário de Nossa Senhora do Pilar. Novas campanhas se sucederam, pelo mesmo órgão, em 1958-1959, em 1973 e em 1975-1976. Mais recentemente, a *Câmara Municipal*, com o apoio do *Associação Adere-Lanhoso*, procederam a trabalhos de limpeza e consolidação de estruturas, bem como a remodelação dos pisos interiores da torre, quando o castelo foi reaberto ao público (1996).

Atualmente, além do castelo medieval, que oferece uma pequena exposição com testemunhos do castro vizinho, o visitante pode conhecer ainda o Santuário de Nossa Senhora do Pilar e o Castro de Lanhoso.

Características

Na cota máxima de 385 metros acima do nível do mar, o castelo apresenta planta hexagonal irregular, em estilo românico e gótico, rasgando-se nos seus muros a Sul, junto à Torre de Menagem, o portão de entrada, em arco quebrado, flanqueado por dois torreões de planta quadrangular, ameados. A muralha é percorrida por adarve protegido por um parapeito encimado por ameias piramidais, algumas das quais apresentam aberturas com troneiras.

Na cota mais elevada do terreno, a Leste, destaca-se a Torre de Menagem, com planta no formato quadrangular, erguida a partir dos primitivos alicerces romanos (três torreões equidistantes). As suas paredes, que se elevam a cerca de dez metros de altura, ultrapassam um metro de espessura. Uma escada de pedra provê a comunicação entre a porta da torre em arco quebrado, rasgada a três metros do solo, e a praça de armas, com uma área quadrangular de aproximadamente 500 metros quadrados, onde se erguiam a moradia do alcaide e demais dependências, inclusive a cisterna.

Externamente, o conjunto é defendido por uma barbacã de planta aproximadamente elíptica, na qual se rasga, a norte, o portão de entrada, acedido por uma escadaria entalhada na rocha e flanqueado por um cubelo ameado. Um segundo cubelo ergue-se a leste.

O **Castelo de Lanhoso**, também denominado como **Castelo de Póvoa de Lanhoso**, localiza-se na Freguesia e Concelho de Póvoa de Lanhoso, Distrito de Braga, em Portugal.

Embora bastante descaracterizado, é um dos mais imponentes castelos portugueses, contabilizando a expressiva marca de 100 mil visitantes entre 1996 e 2006, um destaque no circuito turístico regional.

Erguido no topo do Monte do Pilar - o maior monólito granítico de Portugal -, isolado na divisa dos vales dos rios Ave e Cávado, dentro dos seus muros foi erguido um santuário seiscentista, utilizando a própria pedra das antigas muralhas. A meia encosta, no seu acesso, podem ser apreciados os vestígios de um antigo castro romanizado. A tradição refere que neste castelo se refugiou, por duas vezes, D. Teresa, mãe de D. Afonso Henriques (1112-1185).

Revolução da Maria da Fonte



Maria da Fonte, ou **Revolução do Minho**, é o nome dado a uma revolta popular ocorrida na primavera de 1846 contra o governo cartista presidido por António Bernardo da Costa Cabral. A revolta resultou das tensões sociais remanescentes das guerras liberais, exacerbadas pelo grande descontentamento popular gerado pelas novas leis de recrutamento militar, por alterações fiscais e pela proibição de realizar enterros dentro de igrejas. Iniciou-se na zona de Póvoa de Lanhoso (Minho) por uma sublevação popular que se foi progressivamente estendendo a todo o norte de Portugal. A instigadora dos motins iniciais terá sido uma mulher do povo chamada Maria, natural da freguesia de Fontarcada, que por isso ficaria conhecida pela alcunha de *Maria da Fonte*. Como a fase inicial do movimento insurreccional teve uma forte componente feminina, acabou por ser esse o nome dado à revolta. A sublevação propagou-se depois ao resto do país e provocou a substituição do governo de Costa Cabral por um presidido por Pedro de Sousa Holstein, o 1.º duque de Palmela. Quando num golpe palaciano, conhecido pela Emboscada, a 6 de Outubro daquele ano, a rainha D. Maria II demite o governo e nomeia o marechal João Oliveira e Daun, Duque de Saldanha para constituir novo ministério, a insurreição reacende-se. O resultado foi uma guerra civil de 8 meses, a Patuleia, que apenas terminaria com a assinatura da Convenção de Gramido, a 30 de Junho de 1847, após a intervenção de forças militares estrangeiras ao abrigo da Quádrupla Aliança

DISTRITO DO ALTO MINHO



ARCOS DE VALDEVEZ

Arcos de Valdevez é uma vila portuguesa no Distrito de Viana do Castelo, região Norte e sub-região do Minho-Lima, com cerca de 2 200 habitantes.

História

O episódio teve lugar possivelmente no início de 1140, na chamada "Veiga da Matança", às margens do rio Vez (tributário do rio Lima), próximo a Arcos de Valdevez, quando D. Afonso Henriques, após a vitória na batalha de Ourique (1139), rompeu a paz de Tui (1137) e invadiu a Galiza. Em resposta, as forças de Afonso VII de Leão e Castela entraram em terras portuguesas, arrasando os castelos à sua passagem, descendo as montanhas do Suajo em direção a Valdevez.

Para evitar a batalha campal, foram selecionados os melhores cavaleiros de ambos os lados para lutarem entre si num torneio ou justa, conforme o uso na Idade Média. A sorte das armas pendeu para o lado português, tendo os cavaleiros leoneses ficado detidos, conforme o código da cavalaria medieval.

De acordo com o professor Torquato Sousa Soares, da Universidade de Coimbra, a escaramuça, ou "bafordo" da Portela de Vez teve lugar em 1137 e contribuiu para a celebração da paz de Tui, em Julho daquele ano.



..Outros autores consideram o episódio como antecedente da celebração do Tratado de Zamora, em 1143.

Na Estação de São Bento, no Porto, encontra-se um painel de azulejos ilustrativo do torneio.

Em Arcos de Valdevez existe um monumento que o recorda, de autoria do escultor José História

O episódio teve lugar possivelmente no início de 1140, na chamada "Veiga da Matança", às margens do rio Vez (tributário do rio Lima), próximo a Arcos de Valdevez, quando D. Afonso Henriques, após a vitória na batalha de Ourique (1139), rompeu a paz de Tui (1137) e invadiu a Galiza. Em resposta, as forças de Afonso VII de Leão e Castela entraram em terras portuguesas,

arrasando os castelos à sua passagem, descendo as montanhas do Suajo em direção a Valdevez.



Para evitar a batalha campal, foram seleccionados os melhores cavaleiros de ambos os lados para lutarem entre si num torneio ou justa, conforme o uso na Idade Média. A sorte das armas pendeu para o lado português, tendo os cavaleiros leoneses ficado detidos, conforme o código da cavalaria medieval.

De acordo com o professor Torquato Sousa Soares, da Universidade de Coimbra, a escaramuça, ou "bafordo" da Portela de Vez teve lugar em 1137 e contribuiu para a celebração da paz de Tui, em Julho daquele ano..

Outros autores consideram o episódio como antecedente da celebração do Tratado de Zamora, em 1143.

Na Estação de São Bento, no Porto, encontra-se um painel de azulejos ilustrativo do torneio.

Em Arcos de Valdevez existe um monumento que o recorda, de autoria do escultor José Rodrigues.

Igualmente ao pé do Museu de Arcos de Valdevez existe um marco evocativo desse Torneio de Cavaleiros.

O episódio teve lugar possivelmente no início de 1140, na chamada "Veiga da Matança", às margens do rio Vez (tributário do rio Lima), próximo a Arcos de Valdevez, quando D. Afonso Henriques, após a vitória na batalha de Ourique (1139), rompeu a paz de Tui (1137) e invadiu a Galiza. Em resposta, as forças de Afonso VII de Leão e Castela entraram em terras portuguesas, arrasando os castelos à sua passagem, descendo as montanhas do Suajo em direção a Valdevez.

Para evitar a batalha campal, foram seleccionados os melhores cavaleiros de ambos os lados para lutarem entre si num torneio ou justa, conforme o uso na Idade Média. A sorte das armas pendeu para o lado português, tendo os cavaleiros leoneses ficado detidos, conforme o código da cavalaria medieval.

De acordo com o professor Torquato Sousa Soares, da Universidade de Coimbra, a escaramuça, ou "bafordo" da Portela de Vez teve lugar em 1137 e contribuiu para a celebração da paz de Tui, em Julho daquele ano..

Outros autores consideram o episódio como antecedente da celebração do Tratado de Zamora, em 1143.

Na Estação de São Bento, no Porto, encontra-se um painel de azulejos ilustrativo do torneio.

Em Arcos de Valdevez existe um monumento que o recorda, de autoria do escultor José Rodrigues.

Igualmente ao pé do Museu de Arcos de Valdevez existe um marco evocativo desse Torneio de Cavaleiros.

O episódio teve lugar possivelmente no início de 1140, na chamada "Veiga da Matança", às margens do rio Vez (tributário do rio Lima), próximo a Arcos de Valdevez, quando D. Afonso Henriques, após a vitória na batalha de Ourique (1139), rompeu a paz de Tui (1137) e invadiu a Galiza. Em resposta, as forças de Afonso VII de Leão e Castela entraram em terras portuguesas, arrasando os castelos à sua passagem, descendo as montanhas do Suajo em direção a Valdevez.

Para evitar a batalha campal, foram seleccionados os melhores cavaleiros de ambos os lados para lutarem entre si num torneio ou justa, conforme o uso na Idade Média. A sorte das armas pendeu para o lado português, tendo os cavaleiros leoneses ficado detidos, conforme o código da cavalaria medieval.

De acordo com o professor Torquato Sousa Soares, da Universidade de Coimbra, a escaramuça, ou "bafordo" da Portela de Vez teve lugar em 1137 e contribuiu para a celebração da paz de Tui, em Julho daquele ano..

Outros autores consideram o episódio como antecedente da celebração do Tratado de Zamora, em 1143.

Na Estação de São Bento, no Porto, encontra-se um painel de azulejos ilustrativo do torneio.

Em Arcos de Valdevez existe um monumento que o recorda, de autoria do escultor José Rodrigues.

Igualmente ao pé do Museu de Arcos de Valdevez existe um marco evocativo desse Torneio de Cavaleiros



Em 1141, D. Afonso Henriques (1112-1185) conquistou a povoação de Castro

Labreiro, fazendo reforçar a sua defesa (1145), que passava a integrar a linha fronteiriça dos domínios de Portugal. Embora se desconheçam os detalhes dessa defesa, ela estaria concluída, conforme inscrição epigráfica, sob o reinado de D. Sancho I (1185-1211). No início do reinado de D. Afonso III o castelo foi severamente danificado diante da invasão de tropas do reino de Leão (1212).

Vila e sede de Concelho entre 1271 e 1855, Castro Labreiro foi pertença do condado de Barcelos até 1834, bem como comenda da Ordem de Cristo desde 1319. Sob o reinado de D. Dinis (1279-1325), por volta de 1290, as suas defesas foram reconstruídas, quando assumiram

a atual feição. Por esta época, a alcaidaria de Castro Laboreiro e a de Melgaço encontravam-se unidas, a cargo da família Gomes de Abreu, de Merufe. Posteriormente, sob o reinado de D. Fernando (1367-1383), o soberano doou esta alcaidaria a Estevão Anes Marinho.

No século XIV, após a conquista de Melgaço, D. João I (1385-1433) utilizou Castro Laboreiro como base para deter as incursões das forças castelhanas oriundas da Galiza.

O alcaide-mor Martim de Castro foi afastado de suas funções em virtude das queixas dos moradores da vila (1441).

No início do século XVI, o castelo encontra-se figurado por Duarte de Armas, no seu Livro das Fortalezas (c. 1509), podendo-se observar as muralhas reforçadas por cinco torres de planta quadrangular. Ao centro, a torre de menagem, também de planta quadrangular, precedida por outra construção, com a cisterna a norte. Isolada, em plano inferior, a vila.

Durante a Guerra da Restauração da independência portuguesa, Baltazar Pantoja conquistou o castelo de surpresa, após quatro horas de batalha (Maio de 1666). Tendo deixado como Governador da Praça D. Pedro Esteves Ricarte, este rendeu-se ao 3º conde de Prado, D. Francisco de Sousa.

Desguarnecido a partir de 1715, entre 1766 e 1778 foi utilizado pelo conde de Bobadela, Governador das Armas da Província, para recolher homens e mulheres que se recusavam a apresentar os seus filhos para o serviço militar. Passaram por essa detenção cerca de 400 pessoas no período.

No contexto da Guerra Peninsular, foi guarnecido por tropas e artilhado com quatro peças (1801). Com a paz, voltou a ser desguarnecido, iniciando-se o seu processo de abandono e ruína.

No século XX, foi classificado como Monumento Nacional por Decreto publicado em 27 de Março de 1944. Posteriormente, na década de 1970 foram promovidos trabalhos de prospecção arqueológica, que revelaram testemunhos de ocupação do período da Alta Idade Média. Finalmente, entre 1979 e 1981 teve lugar uma pequena intervenção de limpeza e consolidação do monumento.



O **Pelourinho de Arcos de Valdevez** situa-se na freguesia do Salvador, vila de Arcos de Valdevez.

Foi obra do canteiro João Lopes, o Velho.

Até 1700 esteve colocado no centro da praça Municipal, altura em que é mudado para a beira do rio, sendo em 1895 implantado junto à fachada sul da Igreja Matriz. Finalmente em 1998 é colocado no local actual, em frente ao edifício dos Paços do Concelho

O **Pelourinho de Soajo** situa-se na freguesia do Soajo, Arcos de Valdevez. Está classificado pelo IPPAR como Monumento Nacional desde 1910 ^[1].

A praça principal da aldeia do Soajo (conhecida por Largo do Eiró) é presidida por este pelourinho, com um simples esteio ao alto, muito próximo do habitual «tronco» do século XIII. É um monumento tosco, de enorme valor histórico e etnográfico - testemunho do tempo em que esta povoação serrana foi vila. A data da sua edificação é incerta, embora o foral dado à vila por D. Manuel em 1514 possa lançar a sua construção, iniciando a sua funcionalidade de marco jurisdicional.

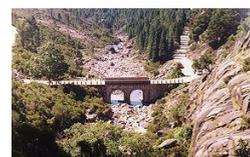


Segundo a tradição, o **Pelourinho do Soajo**, representa o pão a esfriar na ponta de uma lança. Consta que no reinado de D. Dinis, os monteiros se terão queixado dos abusos de fidalgos, pelo que o monarca terá dado ordem para que estes não se demorassem ali mais do que «*o tempo de esfriar um pão na ponta de uma lança*».

Em Março de 1980, um junta de bois atrelada a um carro desgovernada embateu no pelourinho partindo-o em três partes, sendo posteriormente recuperado.

PARQUE PENEDA GERÊS

O **Parque Nacional da Peneda-Gerês**, é o único parque nacional de Portugal e situa-se no extremo nordeste do Minho, fazendo fronteira com a Galiza, abrangendo os distritos de Braga (concelho de Terras de Bouro), Viana do Castelo (concelho de Melgaço, Arcos de Valdevez e Ponte da Barca) e Vila Real (concelho de Montalegre) numa área total de cerca de 70 290 hectares.



É uma das maiores atracções naturais de Portugal, pela rara e impressionante beleza paisagística e pelo valor ecológico e variedade de fauna (veados, cavalos selvagens, lobos, aves de rapina) e flora (pinheiros, teixos, castanheiros, carvalhos e várias plantas medicinais). Estende-se desde a serra do Gerês, a Sul, passando pela serra da Peneda até a fronteira espanhola.



Inclui trechos da estrada romana que ligava Braga a Astorga, conhecida como Geira. No parque situam-se dois importantes centros de peregrinação, o Santuário de Nossa Senhora da Peneda, réplica do santuário do Bom Jesus de Braga, e o de São Bento da Porta Aberta, local de grande devoção popular

O passado traduz-se nos castelos de Castro Laboreiro e do Lindoso, monumentos megalíticos e testemunhos da ocupação romana. A geira, o antigo caminho que conduzia os legionários de Bracara Augusta a Astorga, sobrevive num trecho da antiga calçada e nos curiosos marcos miliários. Curiosos povoados, a arquitectura dos socalcos, paradas de espigueiros, a frescura dos prados de lima, animam um quadro em que a ruralidade ainda está presente.

O **Santuário de Nossa Senhora da Peneda** é um [santuário](#) localizado na freguesia de [Gavieira](#), [Arcos de Valdevez](#), [Portugal](#).

A igreja foi terminada em 1875.

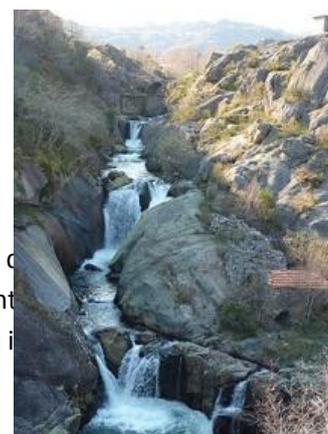
Frente à igreja encontra-se o escadório das [virtudes](#), com estátuas representando a [Fé](#), [Esperança](#), [Caridade](#) e [Glória](#), datado de 1854, obra do mestre Francisco Luis Barreiros, e uma escadaria com cerca de 300 metros e 20 capelas, com cenas da vida de Cristo.

Na primeira semana de Setembro realiza-se no santuário um grande arraial popular.



Vilarinho das Furnas (os furnenses chamam-lhe Vilarinho da Furna) era uma aldeia da [freguesia](#) de [Campo do Gerês](#), situada no concelho de [Terras de Bouro](#), no [distrito de Braga](#). Actualmente, desde [1971](#), esta aldeia está submersa pela albufeira da [barragem de Vilarinho das Furnas](#).

Contudo, quando a [barragem](#) é esvaziada para limpeza ou quando desce o nível das [águas](#) em períodos de [seca](#), podem ver-se ainda as [casas](#), os [caminhos](#) e os [muros](#) da antiga aldeia.



Há t
pom
trav
pop

da pelo c
de Mont
do das i

O lobo-cinzento que ocorre na [Península Ibérica](#). Outrora muito abundante, sua população atual deve rondar os 2000 indivíduos, dos quais cerca de 300 habitam a região norte de [Portugal](#). A subespécie foi descrita pelo cientista [espanhol](#) Ángel Cabrera em 1907.



Termas do Gerês

As **Termas do Gerês** situam-se na vila do Gerês, freguesia de Vilar da Veiga, Concelho de Terras de Bouro.

As referências históricas das Termas do Gerês remontam à época dos Romanos, mas apenas no início do século XVIII é construído o primeiro Estabelecimento Termal.



As Termas do Gerês ocupam, actualmente, um dos lugares cimeiros na escala de frequência das Estâncias Termais Portuguesas, graças aos investimentos significativos que tem vindo a efectuar, criando novas valências, de onde se destaca o SPA TERMAL, com uma moderna piscina aquecida, ginásio, massagens e programas de estética termal.

Hoje, as Termas do Gerês são especialmente recomendadas para tratamento do fígado, vesícula, obesidade, diabetes, hipertensão arterial e reumatismos crónicos.

Para além da cura termal tradicional são proporcionados programas específicos de bem-estar termal, relaxamento, manutenção, reeducação dietética, emagrecimento e anti-stress, devidamente acompanhados por profissionais especializados.

Frente à igreja encontra-se o escadório das virtudes, com estátuas representando a Fé, Esperança, Caridade e Glória, datado de 1854, obra do mestre Francisco Luís Barreiros, e uma escadaria com cerca de 300 metros e 20 capelas, com cenas da vida de Cristo.

Na primeira semana de Setembro realiza-se no santuário um grande arraial popular.

Castelo de Caminha



Caminha é uma vila portuguesa no Distrito de Viana do Castelo, região Norte e subregião do Minho-Lima, com cerca de 2 500 habitantes.

Igreja paroquial dedicada a Nossa Senhora da Assunção, um dos edifícios religiosos mais vastos e importantes do norte de Portugal. Foi levantada no interior da antiga cerca medieval da vila, onde teria existido uma pequena capela românica; desta ainda restam um pórtico (obstruído) e uma cachorreira reusada do lado norte.

O **Castelo de Caminha** localiza-se na vila, Freguesia e Concelho de mesmo nome, Distrito de Viana do Castelo, em Portugal.

Antigo porto numa ponta de areia entre os rios Coura e Minho, a vila de Caminha desenvolveu-se com base na pesca e no comércio (fluvial e marítimo), a partir do



século XII, quando se reduziu a pirataria no litoral, ganhando importância como baluarte defensivo da fronteira noroeste de Portugal. Assim o entendeu o rei D. Afonso III (1248-1279), no âmbito da reorganização da fronteira do Entre Douro e Minho, que ali criou uma póvoa de raiz, com traçado racional do ponto de vista militar e urbanístico.

História

Antecedentes

Acredita-se que a primitiva ocupação humana do seu sítio remonta à pré-história. À época da Invasão romana da Península Ibérica, foi dotada de uma fortificação, cujos alicerces datam dos séculos IV e V.

O castelo medieval

Estas defesas foram ampliadas e reforçadas desde a Reconquista cristã da península, registrando-se o topónimo *Caminha* desde o século X, referindo-se, entretanto, ao espaço da atual freguesia de Vilarelho, a leste da atual Caminha, onde, no alto do Coto da Pena se identificam os vestígios do primitivo castelo, erguido entre os séculos X e XI. Com o progressivo aumento da segurança na costa, concomitante com o desenvolvimento das atividades econômicas, a povoação desenvolveu-se em direção à foz do rio Minho, em zona mais baixa, mais fértil e de acesso mais dinâmico ao mar.

No contexto das campanhas contra Castela, o seu povoamento e defesa foram incentivados sob os reinados de D. Afonso III (1248-1279), de D. Dinis (1279-1325) e de D. João I (1385-1433), devido ao valor estratégico que esta povoação lindeira representava para o reino.

Quando do encerramento da crise de 1383-1385, tendo a nobreza da região norte de Portugal tomado partido por Castela, os homens bons de Vila Nova de Cerveira, Caminha e Monção enviaram mensagens ao Condestável Nuno Álvares Pereira declarando-se *verdadeiros portugueses*, vindo a entregar-lhe voluntariamente essas povoações. É ao novo soberano, D. João I, que se atribui a dilatação da cerca, ficando a vila guarnecida por uma segunda cinta de muralhas.



Sob o reinado de D. Manuel I (1495-1521), a povoação e seu castelo encontram-se figurados por Duarte de Armas (Livro das Fortalezas, c. 1509

Diante da Restauração da independência portuguesa, a posição lindeira de Caminha requiriu valor estratégico. Desse modo, o *Conselho de Guerra* de D. João IV (1640-1656) modernizou-lhe as defesas, dotando-a de uma extensa linha de baluartes e torreões:

a noroeste – com um novo baluarte junto da Igreja Matriz de Caminha; e

a sul – integrando as obras erguidas no reinado de D. João I.

Os nossos dias

Os trechos de muralhas que chegaram até nossos dias, parte da Idade Média e parte setecentistas, foram classificados como Imóvel de Interesse Público por Decreto publicado em 24 de Janeiro de 1967.

Os remanescentes das muralhas de Caminha evidenciam as características construtivas das fortificações romanas dos séculos IV e V, tendo sido ampliadas e reforçadas nos reinados de D. Afonso III, de D. Dinis e de D. João I.

A muralha medieval em redor da vila, de planta aproximadamente oval, era reforçada por dez cubelos. Nela se rasgavam três portas, cada uma defendida por uma torre que se lhes sobrepunha:



a Leste, a chamada *Porta do Sol*, comunicava com a zona ribeirinha e os estaleiros;

a Oeste, a chamada *Porta do Mar*, comunicava-se com o cais do porto;

a Sul, a chamada *Porta de Viana*, por onde se ia a Viana do Castelo, e que constituía o principal acesso da vila.

A torre que defendia esta última era mais robusta do conjunto, apresentando planta no formato quadrado, e que, na origem, se constituía na torre de menagem. Nela se inscrevia a pedra de armas (símbolo da autoridade régia) e se abrigava uma imagem sacra (símbolo da devoção popular). A partir do século XVII recebeu o relógio público da vila, passando a se denominar *Torre do Relógio*. O sino deste relógio foi fundido em 1610 e abriga-se na pirâmide que então passou encimar a torre. Com a Restauração, D. João IV fez colocar nesta porta uma imagem de pedra de Nossa Senhora da Conceição.

Acredita-se que a primitiva ocupação humana da foz do rio Âncora seja anterior à Invasão romana da Península Ibérica, mas foi neste período que adquiriu importância graças à extração de minérios na região.

Segundo a tradição, a toponímia *Âncora* se liga ao episódio do afogamento, nas águas daquele rio, da rainha D. Urraca com uma âncora atada ao pescoço, como punição por adultério pelo seu esposo, o rei Ramiro II de Leão.

Embora alguns autores acreditem que a moderna fortificação do local remonte à época da Guerra da Restauração da independência, entre 1640 e 1668, é mais correcto atribuí-la ao reinado de D. Pedro II (1667-1705), que reforçou as defesas da fronteira do rio Minho e daquela costa ao sul da sua foz. Para este local teria sido determinada a edificação de duas estruturas marítimas: o Forte do Cão, na Gelfa, cobrindo a foz do rio, e o **Forte da Lagarteira**, cobrindo o portinho a norte da povoação, este último tendo sido iniciado em 1690. Na mesma época e região foram erguidos ainda o Forte de Montedor e o Forte da Areosa, próximo a Viana do Castelo.

Em 1955 foi objecto de obras de conservação a cargo da Direcção dos Serviços de Construção e Conservação. Classificado como **Forte da Lagarteira** por Despacho em Maio de 1973, no início da década de 1980 sofreu obras de consolidação, beneficiação. Mais recentemente, em 1997

voltou a sofrer atenções, quando sofreu novas beneficiações e trabalhos de revisão e conservação.

Monção



Monção é uma vila portuguesa no Distrito de Viana do Castelo, região Norte e subregião do Minho-Lima, com cerca de 3 000 habitantes.



Monção teve carta de foral de D. Afonso III datada de 12 de Março de 1261.

Tornou-se célebre no decurso das guerras fernandinas, devido à enérgica acção de Deu-la-deu Martins, esposa do alcaide local, que conseguiu pôr fim ao cerco que os castelhanos lhe impuseram, atirando-lhes com os seus últimos víveres. É esse o motivo pelo qual ainda hoje aparece, nas armas desta vila, uma mulher a meio corpo, em cima de uma torre, brandindo com um pão em cada uma das mãos; à sua volta surge, numa bordadura, a divisa da vila, corruptela do nome da heroína: «*Deus o deu, Deus o há dado*». Gil Vasques Bacelar I, marido de D. Sancha Pires de Abreu foi Governador e alcaide-mór desta vila

O **Castro de São Caetano** localiza-se no lugar de Outeiro, freguesia de Longos Vales, concelho de Monção, distrito de Viana do Castelo, em Portugal.

Trata-se de um castro que remonta à Idade do Ferro, posteriormente ocupado pelos romanos.



Terá sido abandonado em finais do Século I da nossa era.

Encontra-se classificado pelo IPPAR como Monumento Nacional desde 1974.

Capela-mor da Igreja de São João dos Longos Vales, situada no lugar do Mosteiro de estilo românico, vestígio de um antigo convento beneditino, a nave e o portal são do século XVII.



Alguns autores sustentam que o primitivo sítio de Monção localiza-se numa elevação, a cerca de dois quilómetros a oeste, às margens do rio Minho, onde hoje existe a aldeia de Cortes ou Monção Velha. Trabalhos mais recentes não esclarecem essa possibilidade, antes confirmando que a povoação (e sua defesa) não se encontra referida nos documentos relativos ao reinado de D. Afonso Henriques (1112-1185), levantando a hipótese de que a primeira defesa da povoação remonte ao reinado de D. Sancho I (1185-1211), o que não encontra amparo em testemunhos materiais.

Sob o reinado de D. Afonso III (1248-1279), Monção figura nomeada como vila nas Inquirições de 1258. Por outro lado, o Carta de Foral, passado a 12 de Março de 1261) permite inferir que a povoação foi refundada (*...facio quandam populatianem in cauto de Maazedo e impono ei de novo nomen Monzon.*). Uma vez mais, este texto permite inferir que a vila já estaria fortificada, ao referir os *miles de Monçom*, o que também é questionado por alguns estudiosos, sob o argumento da escassez demográfica da região à época.

Os que defendem o argumento da inexistência da fortificação sob D. Afonso III, aceitam ter sido D. Dinis (1279-1325) o responsável pela ereção do **Castelo de Monção** (1306), apoiados em Rui de Pina, que assim o afirmou em sua crónica. Por esta altura, a vila recebeu *Carta de Feira* e foram iniciadas as obras da *Igreja Matriz*. O desenvolvimento econômico e demográfico fez prosperar a povoação, de tal modo que, sob o reinado de D. Fernando (1367-1383), entrando este em guerra com Henrique II de Castela, as forças castelhanas invadiram o reino de Portugal, vindo a sitiar Monção (1369).



Com a morte de D. Fernando, ao se instaurar a crise de 1383-1385, os *homens bons* de Vila Nova de Cerveira, Caminha e Monção enviaram mensagens ao Condestável D. Nuno Álvares Pereira, declarando-se *verdadeiros portugueses* e entregando-lhe voluntariamente essas povoações e seus castelos. Em algum momento do século XV, provavelmente sob o reinado de D. João I (1385-1433), o castelo foi dotado de uma couraça envolvente.



Sob o reinado de D. Manuel I (1495-1521), a povoação e seu castelo encontram-se figurados por Duarte de Armas (Livro das Fortalezas, c. 1509).

No contexto da Guerra da Restauração da independência portuguesa, tornou-se imperativa a modernização das defesas da vila, que então foi convertida em uma fortaleza de planta poligonal abaluartada. Iniciadas em 1656, com projeto do engenheiro militar francês Miguel de L'École, sob a direção do mestre João Alves do Rego, estas defesas, adaptadas aos tiros da artilharia, resistiram denodadamente de Outubro de 1658 a 7 de Fevereiro de 1659, quando a exaurida guarnição finalmente pediu a rendição.

Encontra-se classificado como Monumento Nacional por Decreto publicado em 23 de Outubro de 1910.

Deu-la-Deu Martins é uma personagem lendária da história de Monção, sendo-lhe atribuído o feito de ter enganado os castelhanos à época das Guerras fernandinas.



A lenda

Os castelhanos tinham imposto cerco à vila de Monção, que já durava há demasiado tempo e dentro das muralhas não havia já mantimentos. Sabendo que os invasores também já estavam desmoralizados e sem provisões, a heroína terá lançado pães feitos com a pouca farinha que restava em Monção, gritando-lhes a frase "*Deus lo deu, Deus lo há dado*". Em consequência, os castelhanos levantaram o cerco acreditando que ainda havia muita resistência dentro das muralhas.

O **Palácio da Brejoeira** está localizado na freguesia de Pinheiros em Monção, distrito de Viana do Castelo, em Portugal.

Situado a seis quilómetros a Sul de Monção, o sumptuoso palácio é o expoente das moradias fidalgas construídas em Portugal.



Está classificado como Monumento Nacional desde 23 de Junho de 1910.

Foi erguido nos primeiros anos do século XIX, mas as obras prolongaram-se até 1834. Rodeada de frondosa mata e encantadores jardins com magnólias e japoneiras, a construção pertenceu primeiro a Luís Pereira Velho de Moscoso, nascido em 1767.

As obras continuaram sob a direcção do seu segundo filho, Simão (1805-1881). Por volta de 1901, o palácio foi vendido a Pedro Maria da Fonseca Araújo, Presidente da Associação Comercial do Porto, que realizou as maiores obras de restauração.

Em 1937, foi novamente vendido a Francisco de Oliveira Pais, de Lisboa. Nos anos 60, já sob administração de sua filha Maria Herminia d'Oliveira Paes, constrói uma adega moderna e, em 1977, lança para o mercado com grande sucesso uma marca própria, o vinho Alvarinho "Palácio da Brejoeira". Actualmente, é socia maioritária da sociedade anónima Palácio da Brejoeira Viticultores SA.

Não se conhecem provas evidentes de identificação do arquitecto, mas o palácio tem sido atribuído a Carlos Amarante, nessa altura um dos mais importantes arquitectos no norte de Portugal. Em estilo neo-clássico, apresenta quatro fachadas limitadas por três torreões, e no seu interior encontram-se faustosos salões com valiosas pinturas e frescos e distinta decoração, bem como uma capela e um teatro.



José Rodrigues Vale (Monção, Portugal, 2 de Novembro de 1866- 7 de Fevereiro de 1934, foi um poeta português conhecido pelo pseudónimo de **João Verde**.

Admirador da obra de Rosalía de Castro, Curros Enríquez e Lamas Carvajal, foi autor de vários poemas em galego e português.

Em 1936 a Câmara de Monção reproduziu em azulejo um poema seu do livro *Ares da Raya*, impresso em Vigo em 1902, que foi colocado num miradouro sobre o rio Minho.

A **Igreja de Paderne** é uma igreja românica, localizada em Paderne, Melgaço, Portugal. A sua fundação é atribuída a D. Paterna, no séc. XI sede de um mosteiro feminino, comunidade a que D. Afonso Henriques passou carta de couto em 1141.

No Séc. XII deixou de ser convento de freiras e passou para os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho.



Recebeu obras no séc. XVII e séc. XVIII, que alteraram janelas, altares, e os revestimentos do interior.

Está classificada como monumento nacional desde 23 de Junho de 1910.

A antiga freguesia de Santa Maria de Fiães era curato da apresentação do convento de Fiães, cujo abade era pároco titular. Pertencia ao cabido do couto de Valadares, passando, mais tarde, a reitoria.

Em 1839, Fiães aparece registada na comarca de Monção. Em 1878 está já na de Melgaço.

São diversas as teorias sobre as origens do topónimo. O Pe. Aníbal Rodrigues avança três: de feno, terreno onde se produzia muito feno; de Fidelanis, gente de muita fé; ou de ‘terra de fiandeiras ou fiandeiros’, cultivadores de linho e tecelões de teares caseiros.

Pinho Leal, por seu lado, defende que Fian, Fiãa, Fiaam, Ffia, Sfiãa e Fiada é tudo o mesmo (no português arcaico) e significa vaso de barro chato e redondo, a que depois se chamou almofia. Servia antigamente para pagar certa medida de cereais e também de manteiga. Dezasseis fiães faziam um alqueire.

Ainda segundo este autor, é provável que aqui se pagasse este foro, pelo que então se diria terra de Fiães (ou que paga fiães). Ou que houvesse aqui oleiros que fabricassem fian. Afian (em latim fiala) era quase da forma de um alguidar e levava dois quartilhos.

Houve aqui um importante convento de frades beneditinos, antiquíssimo. São bastante confusos os seus primórdios: frei António da Purificação pretende que remonte ao ano de 870, logo ocupado pelos eremitas de Santo Agostinho, que aqui ficariam até se integrarem na regra cisterciense; os beneditinos contestam esta opinião e, pela pena de frei Leão de S. Tomás, avocam-se tal prioridade, dando-no como fundado em 889; finalmente, o Pe. Carvalho da Costa, indo mais longe, afirma que aparecem notícias sobre a casa já no ano de 851 (no tempo de D. Ramiro II, de Leão, e de sua mulher, D. Patema).

Não há dúvidas, no entanto, que já era couto antes da fundação da nacionalidade, pois D. Afonso Henriques confirmou-lhe esse privilégio em 1173 e isentou os seus moradores de pegarem em armas e de servirem em quaisquer obras de fortificação, excepto “em uma quadrilha de dezoito braços nos muros de Melgaço”.

Os reis seguintes mantiveram e, em muitos casos, aumentaram estas mercês.

Em 1730, as autoridades militares ordenaram um recrutamento no couto. Imediatamente o abade recorreu para o general comandante da praça de Valença, sendo atendido. Como, anos depois, nova tentativa se fizesse, D. João V recomendou a anulação dessa diligência.

Constava que era o mosteiro mais rico das Espanhas. Recebeu valiosas doações.

Tinha muitos bens e casais e grande número de coutos. Possuía foros no Minho, Trás-os-Montes e Galiza, chegando a dispor de vinte abadias. “Desta forma, podia manter oitenta frades de missa, além dos conversos” (Lionído de Abreu, em “Silva Minhota”). Nesses tempos, quando se pretendia definir a sua grandeza, dizia-se que, “depois de el-rei, não há senhor tão poderoso como o Dom Abade de Fiães”.

A setecentos metros de altitude, num sítio ermo e recolhido, a igreja do convento é, ainda hoje, a paroquial de Fiães. De raiz românica, sofreu muitas alterações. É flanqueada por uma torre sineira quadrangular. De fachada baixa e reforçada por quatro contrafortes, m



destaque o recorte simples do portal, levemente ogival, e três nichos com imagens que o encimam. Possui, no seu interior, encostados à sua parede sul, alguns túmulos de cavaleiros-guerreiros, em pedra e ostentando as respectivas armas. Tem ainda um interessante conjunto de imagens (do século XVI até aos séculos XVII e XVIII).

Indica-nos Pinho Leal que “A 1.500 metros de Fiães, se eleva majestosa a Serra de Pernidelo, donde a vista se estende por um vastíssimo e formoso panorama. Ao sopé desta serra se estende, numa distância de 6 km, a verde e fértil veiga de Melgaço. Do alto da serra (em dia de céu limpo) vê-se grande parte das povoações galegas, e a cidade de Orense, a 40 km...”

Localizada num dos mais belos recantos do Norte português, o **Parque Termal do Peso** ou **Estância Termal de Melgaço** situa-se na freguesia de Paderne, lugar do Peso, entre Monção e Melgaço - Fronteira de S. Gregório.

A história documentada das Termas foi iniciada com o primeiro registo no município de Melgaço em 1884. Em 1885, engarrafaram-se as primeiras águas, tendo Adriano Cândido Moreira solicitado, quatro anos depois, licença para a sua aplicação terapêutica.



A água é mineralizada, gasocarbónica, bicarbonatada, cálcica/magnésiana e ferruginosa, com uma temperatura de 15°C e pH de 6.

As termas de Melgaço estão indicadas no tratamento da diabetes de maturidade e hipercolesterolemia.



Actualmente a exploração e engarrafamento de água é propriedade da Unicer que em 2007 engarrafou 116 mil litros de água, dos quais perto de um terço seguiu para exportação.

A **Fonte de São João** localiza-se na praça da República em Melgaço, Portugal.

A fonte original data do século XVIII e foi transferida para a localização actual em 1903.

A fonte é em granito, a água jorra por uma carranca, que está ladeada por duas serpentes. Em cima aparece uma representação do Agnus Dei, e uma representação de São João a baptizar Cristo.



Melgaço



Melgaço é uma vila portuguesa no Distrito de Viana do Castelo, região Norte e sub-região do Minho-Lima, com cerca de 1 300 habitantes.

A construção do castelo remonta a 1170, por determinação de D. Afonso Henriques (1112-1185). O primeiro documento, entretanto, a referir a povoação é a Carta de Foral que lhe foi passada pelo soberano em 1183 (e não 1181 como tem sido repetido em função de erro de transcrição), garantindo aos seus habitantes (por solicitação dos próprios) privilégios semelhantes aos que gozava o feudo galego de Ribadavia. A partir de então, a vila fronteiriça progrediu com rapidez, de tal forma que o primitivo castelo estaria concluído já no início do século XIII, dividindo-se os autores entre os anos de 1205 e de 1212, ano em que, juntamente com outras praças vizinhas, fez frente à invasão das forças do reino de Leão no contexto da disputa entre D. Afonso II (1211-1223) e suas irmãs. Contribuíram para esta campanha construtiva, além dos próprios habitantes e do apoio real, os recursos do Mosteiro de Longos Vales e do Mosteiro de Fiães.



O seu filho e sucessor, D. Sancho II (1223-1248) deixou a cargo do Concelho a nomeação do alcaide, privilégio que, D. Afonso III (1248-1279), ao conceder à vila, em 1258, um segundo foral, reivindicou novamente para a Coroa. A construção da cerca da vila, iniciada em 1245 e cujo troço oeste foi concluído em 1263, inscreveu-se numa grande campanha de obras empreendida por este soberano, que atualizou as defesas do castelo, uma vez mais com o apoio do Mosteiro de Fiães. A placa epigráfica no portão principal, assinalando este último ano, registra as identidades do responsável pelos trabalhos, o alcaide Martinho Gonçalves, e o seu arquiteto, Fernando, Mestre de Pedraria.

Em 1361 o trânsito entre Portugal e a Galiza deveria ser feito, obrigatoriamente, por Melgaço, dado revelador da sua importância, à época.

No contexto da crise de 1383-1385, a vila e seu castelo seguiram a tendência do norte de Portugal, mantendo o partido de D. Beatriz. No início de 1387, governados por um alcaide castelhano, sofreram o assédio das tropas portuguesas sob o comando de D. João I (1385-1433), vindo a cair ao fim de uma denodada resistência de quase dois meses.

Em 1492 Melgaço era um dos cinco únicos lugares da fronteira portuguesa facultados para ingresso dos judeus expulsos da Espanha (sefarditas). Ainda sob o reinado de D. Manuel, as defesas da vila e seu castelo encontram-se figuradas por Duarte de Armas (Livro das Fortalezas, c. 1509), integradas por três torres e duas portas.

[editar] A fortificação setecentista

No século XVII, no contexto da Guerra da Restauração da independência portuguesa, as defesas da vila sofreram obras de adaptação aos avanços da artilharia, recebendo linhas abaluartadas que envolveram o recinto medieval.

[editar] Do século XX aos nossos dias

O castelo foi Classificado como Monumento Nacional por Decreto publicado em 23 de Junho de 1910, tendo a muralha da vila sido classificada do mesmo modo, com publicação em 19 de Fevereiro de 1926.



Valença

Valença é uma cidade portuguesa no Distrito de Viana do Castelo, região Norte e subregião do Minho-Lima, com cerca de 8 000 habitantes.

A fortificação de Valença, povoação na margem esquerda do rio Minho, na raia portuguesa com a Galiza, remonta à transição do século XII para o XIII. Destinava-se à defesa da povoação e da travessia daquele trecho do rio.



No contexto da Guerra da Restauração da independência portuguesa, essa fortificação lindeira foi inteiramente reformada com projeto do francês Miguel de l'École. Desse modo, foram reconstruídos os muros para abraçar o perímetro estendido da vila, e erguidas novas estruturas abaluartadas, entre as quais:



a chamada *Coroadá*, com três baluartes (*Santa Ana*, *São Jerônimo*, e *Santa Bárbara*) e dois meio-baluartes (*São José* e *Santo Antônio*);

abertos novos fossos, sobre os quais se ergueram relevos em talude;

revelins para defesa de algumas cortinas



sete novos baluartes, a saber: *Carmo*, *Esperança*, *Faro*, *Lapa*, *São Francisco*, *São João* e *Socorro*.

Já com as primeiras obras em andamento, resistiu a uma incursão espanhola no início da guerra de Restauração (1643). Ainda em obras, caiu em mãos espanholas em 1654, para logo ser reconquistada por tropas portuguesas sob o comando do Conde de Castelo Melhor. As obras prosseguiram em 1661, para serem concluídas em 1713, quando o seu último arquiteto, Manuel Pinto de Vilalobos, a deu como concluída. Ao final do século XVIII, foram reforçados os muros do *Paiol da Pólvora* e levantado o *Paiol do Açougue* (1774).



Durante a Guerra Peninsular, após denodada resistência, caiu diante as tropas napoleônicas sob o comando de Soult (1809), que fizeram explodir a *Porta do Sol*.

Durante as Guerras Liberais, aclamou em 1828 o rei D. Miguel (1828-1834), sendo recuperada pelos liberais apenas em 1830 com o reforço do almirante inglês Charles Napier.

Considerada como a mais importante fortificação do Alto Minho, objeto de diversas intervenções de conservação e restauro ao longo do século XX, as estruturas que chegaram até nós encontram-se em bom estado de conservação, abertas à visitação pública.

Vila Nova de Cerveira



Vila Nova de Cerveira (conhecida frequentemente apenas por **Cerveira**) é uma vila portuguesa no Distrito de Viana do Castelo, região Norte e subregião do Minho-Lima, com cerca de 1 300 habitantes.



Não há consenso entre os estudiosos acerca da primitiva ocupação humana de seu sítio, ponto de travessia do rio para mercadores e peregrinos e fronteira natural com o reino de Leão.

A informação mais antiga sobre a sua defesa encontra-se na Carta de Foral confirmada por D. Sancho II (1223-48) à vila de Elvas (1229), onde, entre os nomes dos nobres que a subscrevem, se encontra o de Pedro Novaes, alcaide (*tenens*) do Castelo de Cerveira (*Domnus Petrus Novaes tenens castellum*). Acredita-se que o castelo se constituísse, à época, apenas em uma torre defensiva.



Ao tempo do rei D. Afonso III (1248-79), as Inquirições de 1258 informam que os moradores de Cerveira e das freguesias vizinhas estavam sujeitos à *anúduva*, tributo feudal que consistia, em caso de necessidade de reparos em algum castelo, no fornecimento de materiais de construção e prestações de trabalho pela comunidade.

O seu sucessor, D. Dinis (1279-1325), visando alargar o povoamento da região, tentou atrair casais para Cerveira (1317), outorgando-lhe Carta de Foral que a transformava em vila (Vila Nova de Cerveira) com as regalias anteriormente concedidas a Caminha (1 de Outubro de 1321). Datam desse período a melhoria e ampliação das defesas, o que é documentalmente ratificado quando Rui de Pina (*Crónica d'El Rei D. Diniz*) inclui a Vila Nova de Cerveira entre as localidades que este monarca povoou de novo e fez castelos.

Quando da eclosão da Crise de 1383-1385, o alcaide do Castelo e a povoação mantiveram-se leais a Castela. Na Primavera de 1385, tendo o Condestável Nuno Álvares Pereira, após conquistar o Castelo de Neiva, encetado peregrinação a Santiago de Compostela à frente de seus homens, o que os conduziu adiante de Vila Nova de Cerveira, os homens-bons da vila, receosos de um ataque mandaram-lhe um pedido para *que o não fizesse, pois eles portugueses eram, e queriam ser servidores del-Rei e*



do Reino. Desse modo, o Condestável obteve-lhe a submissão e a das demais terras da região ao rei D. João I (1385-1433).

D. Afonso V (1438-1481) recompensou os feitos de D. Leonel de Lima, nas campanhas do Norte d'África, atribuindo-lhe o título de 1º visconde de Vila Nova de Cerveira (1476) e a posse da vila. Este senhor procedeu-lhe reforços nas defesas.

Sob o reinado de D. Manuel I (1495-1521), a povoação e seu castelo encontram-se figurados por Duarte de Armas (Livro das Fortalezas, c. 1509).

[editar] Da Guerra da Restauração aos nossos dias

Durante a Guerra da Restauração da independência portuguesa, a povoação resistiu vitoriosa, sob o comando de Manuel de Souza Abreu, ao assédio das tropas espanholas (1643), feito que repetiu mais tarde, no contexto da Guerra Peninsular, quando impediu a travessia, naquele trecho do rio, às tropas napoleônicas sob o comando do general Sault (1809), forçando-as ao seu contorno.

Datam da segunda metade do século XVII as melhorias que se impuseram à defesa diante dos acontecimentos de 1643 e do crescimento da vila. Implementada de 1660 a 1665 às custas de D. Diogo de Lima, 8º visconde de Vila Nova de Cerveira, esta modernização compreendeu a construção de cinco baluartes salientes, adaptados ao tiro de artilharia, complementados por muralhamentos intermediários e fossos cobrindo o perímetro urbano.

Datam deste período as novas portas da vila: a *Porta do Rio* (Oeste), a *Porta de Trás da Igreja* (a Leste), a *Porta da Campana* (a Norte) e a *Porta Nova* (na saída para Gondarém). É também desse período a *Capela de Nossa Senhora da Ajuda*, erguida no interior do castelo junto ao portão principal.

Durante o século XIX, o crescimento da vila levou à absorção das suas defesas. Uma das perdas mais expressivas foi a da Torre de Menagem, parcialmente destruída (1844), ao qual se seguiu a muralha norte, com o desaparecimento da primitiva *porta da traição*.

No século XX, o antigo castelo foi classificado como Monumento Nacional através do Decreto publicado em 21 de Dezembro de 1974. Mediante a doação à *Câmara Municipal*, do recinto amuralhado (carta de 22 de Março de 1975, iniciou-se uma profunda reforma urbanística em Vila Nova de Cerveira, resgatando-se o seu centro histórico (Castelo, Igreja da Misericórdia, pelourinho, edifícios da antiga Câmara Municipal, do tribunal, da cadeia e diversas habitações) e revalorizando-se a sua vocação turística.

O castelo medieval foi requalificado, tendo as suas instalações sido parcialmente adaptadas a funções hoteleiras (Pousada de D. Dinis), integrando atualmente a rede Pousadas de Portugal





PONTE DE LIMA

Ponte de Lima é uma vila portuguesa no Distrito de Viana do Castelo, região Norte e subregião do Minho-Lima, com cerca de 2 800 habitantes. É caracterizada pela sua arquitectura medieval e pela área envolvente, banhada pelo Rio Lima



Embora não haja informações seguras acerca da primitiva ocupação humana de seu sítio, ela se prende à travessia do rio Lima, onde primitivamente existiu uma ponte romana, substituída, na Idade Média por outra. Desse modo, além da via natural constituída pelo rio, ligando o litoral ao interior, estabelecia-se uma encruzilhada com a antiga estrada romana que ia de Lisboa a Astorga, passando por Cale e Braga, utilizada posteriormente, na Idade Média, por peregrinos rumo a Santiago de Compostela.



No contexto da Reconquista cristã da península Ibérica, este dinâmico burgo medieval recebeu o seu foral da Condessa D. Teresa, institucionalizando a sua feira, a 4 de Março de 1125. Nesse documento afirma-se ter ela ter resolvido fundar uma vila no lugar denominado "Ponte", concedendo privilégios a todos os que aí se fixassem.

De fortificação tardia, as suas defesas foram iniciadas sob o reinado de D. Pedro (1357-1367), iniciando-se a brita da pedra para a cerca da vila a 8 de Março de 1359 e o muro a 3 ou 6 de Julho do mesmo ano, conforme inscrição epigráfica originalmente na *Torre Velha*. Os trabalhos estariam concluídos anteriormente a 11 de Maio de 1370, no reinado de D. Fernando (1367-1383), tendo desempenhado importante papel estratégico sob o reinado de D. João I (1385-1433).

À época dos Descobrimentos (com Viana do Castelo), e posteriormente, durante o chamado Antigo Sistema Colonial, acumulou lucros com a exploração do açúcar e do ouro do Brasil, o que se reflete até aos nossos dias na riqueza de seu património arquitetónico, civil e eclesiástico. Como exemplo, cita-se o pequeno castelo erguido a partir de 1469 por D. Leonel de Lima, 1º visconde de Vila Nova de Cerveira (transformado em Paço no século XVIII) e, sob o reinado de D. Manuel I (1495-1521), pela *Torre da Cadeia* e pela *Porta Nova*.

A prosperidade trouxe o crescimento da vila, absorvendo a cerca tardo-medieval. Em fins do século XVIII, a Câmara Municipal autorizou a demolição de partes da antiga cerca para reutilização da sua pedra (1787). Em meados do século XIX foi demolida uma das últimas torres, datando dessa data (1857), a única foto conservada da *Torre Velha*.

Chegaram aos nossos dias a *Torre da Cadeia* e a *Torre de São Paulo*, classificadas como Imóvel de Interesse Público por Decreto publicado em 20 de Março de 1945



Embora não haja informações seguras acerca da primitiva ocupação humana de seu sítio, ela se prende à travessia do rio Lima, onde primitivamente existiu uma ponte romana, substituída, na Idade Média por outra. Desse modo, além da via natural constituída pelo rio, ligando o litoral ao interior, estabelecia-se uma encruzilhada com a antiga estrada romana que ia de Lisboa a Astorga, passando por Cale e Braga, utilizada posteriormente, na Idade Média, por peregrinos rumo a Santiago de Compostela.

No contexto da Reconquista cristã da península Ibérica, este dinâmico burgo medieval recebeu o seu foral da Condessa D. Teresa, institucionalizando a sua feira, a 4 de Março de 1125. Nesse documento afirma-se ter ela ter resolvido fundar uma vila no lugar denominado "Ponte", concedendo privilégios a todos os que aí se fixassem.

De fortificação tardia, as suas defesas foram iniciadas sob o reinado de D. Pedro (1357-1367), iniciando-se a brita da pedra para a cerca da vila a 8 de Março de 1359 e o muro a 3 ou 6 de Julho do mesmo ano, conforme inscrição epigráfica originalmente na *Torre Velha*. Os trabalhos estariam concluídos anteriormente a 11 de Maio de 1370, no reinado de D. Fernando (1367-1383), tendo desempenhado importante papel estratégico sob o reinado de D. João I (1385-1433).



À época dos Descobrimentos (com Viana do Castelo), e posteriormente, durante o chamado Antigo Sistema Colonial, acumulou lucros com a exploração do açúcar e do ouro do Brasil, o que se reflete até aos nossos dias na riqueza de seu património arquitetónico, civil e eclesiástico. Como exemplo, cita-se o pequeno castelo erguido a partir de 1469 por D. Leonel de Lima, 1º visconde de Vila Nova de Cerveira (transformado em Paço no século XVIII) e, sob o reinado de D. Manuel I (1495-1521), pela *Torre da Cadeia* e pela *Porta Nova*.

A prosperidade trouxe o crescimento da vila, absorvendo a cerca tardo-medieval. Em fins do século XVIII, a Câmara Municipal autorizou a demolição de partes da antiga cerca para reutilização da sua pedra (1787). Em meados do século XIX foi demolida uma das últimas torres, datando dessa data (1857), a única foto conservada da *Torre Velha*.

Chegaram aos nossos dias a *Torre da Cadeia* e a *Torre de São Paulo*, classificadas como Imóvel de Interesse Público por Decreto publicado em 20 de Março de 1945.

Nasceu em Ponte de Lima a 24 de Março de 1891, formou-se em Direito na Universidade de Coimbra (1911-1916) com a elevada média de 17 valores, tendo composto a balada para a tradicional récita de despedida dos quintanistas de Direito, redigindo o poema "Canto da Saudade".

Dedicou a sua vida ao exercício da advocacia, tendo sido também Professor no Externato e na Escola Primária Superior de António Feijó, em Ponte de Lima.



No entanto, foi deputado eleito para duas legislaturas da Primeira República, Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima e Presidente do Senado da mesma Câmara.

Participou activamente na campanha do general Norton de Matos para a Presidência da República.

Ao mesmo tempo, homem de rara sensibilidade, escreveu poesia desde a sua juventude, sem nunca ter reunido em vida essa criação poética.

Um volume póstumo das Poesias de Teófilo Carneiro fora editado em 1952 em edição particular, numa tiragem bastante limitada.

Mais recentemente, sob o título “Poesias e Outros Dispersos”, a vida e obra do poeta, jurista e deputado Teófilo Carneiro tem mais um registo, através de um livro, agora publicado com 300 páginas, da Editora Opera Omnia.

Foi fundador e director do jornal Democracia do Lima (1921-1922) e colaborou em diversas publicações periódicas do seu tempo.

PONTE DA BARCA

Ponte da Barca é uma vila portuguesa no Distrito de Viana do Castelo, região Norte e subregião do Minho-Lima, com cerca de 2 300 habitantes.

O **pelourinho de Ponte da Barca**, localizado originalmente no Largo da Misericórdia da vila, junto ao edifício dos Paços do Conselho, está actualmente no chamado "Jardim dos Poetas", para onde foi transferido já no século XX, junto a um alpendre sobre uma arcada, de 1752, que serviu de estabelecimento para feirantes.



O conjunto do pelourinho foi completamente concebido em granito. Está sobre uma plataforma de quatro degraus quadrangulares (algumas fontes referem apenas três). A base da coluna é, tal como o resto do pelourinho, simples na sua concepção, sendo constituída apenas por um plinto (cúbico) e um toro, que não é mais que um anel arredondado sob o fuste que se apresenta liso, sem ornamentação e de secção circular, sobre o qual se apoia uma esfera onde estão gravadas as armas reais, a Cruz de Cristo e as faixas do brasão dos Magalhães, senhores donatários da vila. O remate, constituído por um plinto sob uma pirâmide quadrangular truncada no vértice superior onde se apoia uma esfera de pequenas dimensões, não constaria do pelourinho inicial e foi substituído no final do século XVII ou inícios do século XVIII. Notam-se, ainda, alguns vestígios dos ferros de sujeição.



Ainda que a vila já tenha recebido foral em 1125 de Dona Teresa, confirmado por D. Afonso II, em 1217, o actual pelourinho refere-se, no entanto, à doação de um Foral Novo, em 1513, por D. Manuel I, à então designada Vila da Nóbrega, que nessa altura crescera particularmente em população residente.

Do ponto de vista histórico, Nogueira teve o seu primeiro destaque no ano de 1190, data da doação ao Mosteiro de Crasto, da Igreja de “Santi Romani” e de “Sancta Olaya”, que se julga terem sido duas igrejas e não uma, como a citação parece fazer crer; até porque S. Romão de Nogueira nunca se chamou Santa Eulália – alias, já nas Inquirições de D. Afonso II, em 1220, a igreja é mencionada sob a designação de “Sancto Romano de Nogueira”. Por volta de 1320 e segundo o catálogo das igrejas organizadas nesse mesmo ano, a freguesia de S. Romão de Nogueira encontrava-se integrada na Terra da Nóbrega, sendo a sua igreja taxada em 40 libras.

Já em 1528, a freguesia de Nogueira é mencionada no Livro dos Benefícios e Comendas, como estando anexa ao Mosteiro de S. Martinho de Crasto. Nogueira chegou a ser, segundo a opinião do Padre António Carvalho da Costa, uma abadia da apresentação do Ordinário.

Em 1839, a freguesia pertencia à comarca de Ponte de Lima; em 1852, à de Arcos de Valdevez e em 1878 à de Ponte da Barca. Em 1927, pelo Decreto n.º 13917, de 9 de Julho, a comarca de Ponte da Barca foi suprimida, sendo as freguesias do concelho anexas, para efeitos judiciais, à comarca de Arcos de Valdevez; posteriormente foi restabelecido o concelho de Ponte da Barca, voltando Nogueira a integrá-lo.

A **Casa da Torre de Quintela**, localiza-se na freguesia de Nogueira, Ponte da Barca em Portugal.

Foi construída no século XVII a partir de uma torre quinhentista.



Lindoso é um topônimo de origem portuguesa, nome do mesmo lugar, freguesia e castelo, cujos idos remontam aos de 1250, em plena Idade Média. Lindoso deriva do latim 'Limitosum', aparecendo pela primeira vez nas inquirições de 1258. Contudo há uma lenda que diz o rei de Portugal, D. Dinis "tão alegre e primoroso o achou, que logo lindoso o chamou", fato que o levou a várias visitas ao Castelo de Lindoso, tendo o reconstruído em 1278.

No séc. XV, a família de Araújo de origem galega, proveniente das terras de San Martin de Loleos, fronteiro a Portugal, tornou-se senhora de Lindoso, de modo que os descendentes dos Araújo vieram a ser alcaides em Lindoso. Também pelo senhorio de Lindoso, passou a família Cyrne/Cirne, descendente de Manuel Cyrne, Senhor de Refóis (1470) tetravô paterno de Martim de Tavora de Noronha e Sousa Cirne, alcaide-mór de Lindoso (* 1653 +1727), este último também bisneto de Martim de Távora e Noronha, Senhor do Morgado de Campo Belo (1640), que por sua vez era tetraneto de Pedro Lourenço de Távora, Senhor de Mogadouro (1430)



Foi Senhor de Lindoso, Francisco de Abreu Pereira (1640), neto de Francisco de Abreu Pereira, com descendência pela avó paterna Maria de Antas, de D. Leonel de Lima, visconde de Vila Nova de Cerveira (1403)

Pelos idos de 1750, foi alcaide-mor de Lindoso, Joaquim Leite de Azevedo Vieira do Vale e Faria Carvalhais, sendo seu avô materno Martim de Tavora de Noronha e Sousa Cirne, também alcaide de Lindoso, casou-se com Leocádia Simeana de Bourbon, irmã de João Tomás Peixoto da Silva (1734) filhos de Madalena Luísa de Bourbon, neta de D. Antônio de Almeida, conde de Avintes (1670) que por sua vez era pai de D. Lourenço de Almeida, governador de Pernambuco (1670). D. Antônio de Almeida casou-se com Madalena de Brito e Bourbon, filha de D. Luís de Lima Brito e Nogueira, conde de Arcos (1640) e de Victoire de Cardaillac, filha de Gilbert François de Cardaillac, baron de La Chapelle (1570) e de Madeleine de Bourbon, filha de Henri de Bourbon, visconde de Lavedan, cuja descendência provém de Jean I (*1381 +1434) duque de Bourbon e de Louis IX Saint-Louis Rei de França.

Em 1863, o rei de Portugal, D. Luís I criou o título de visconde de Lindoso a favor de João Peixoto da Silva Almeida Macedo e Carvalho (* 1826 + 1899), neto de João Tomás Peixoto da Silva. Em 1887, lhe concedeu o título de marquês e em 1898, o então rei de Portugal, D. Carlos I lhe concedeu outro título: o de Conde de Lindoso.

É provável que estes nobres do norte de Portugal e, igualmente, descendentes dos Bourbon tenham adotado o apelido de Lindoso em algum momento da história, já que o título de nobreza e senhorio de Lindoso pertencia a sua família.

O primeiro Lindoso que se tem notícia nos anais da história maranhense aparece em 1824 é o militar **José Alexandre da Silva Lindoso**, que era ajudante do capitão-mor Miguel Inácio dos Santos Freire e Bruce, então presidente da província do Maranhão e que compôs a junta governativa daquela província entre os anos de 1821 e 1824.

Salvo a maciça imigração para o Brasil ocorrida na primeira metade do séc. XIX, tem-se por hipótese que José Alexandre da Silva Lindoso tenha sido agraciado com uma sesmaria nos termos de Viana, acredita-se ainda que parentes teriam vindo se estabelecer na região, onde tornaram-se proprietários de terras nos municípios de São João Batista (Maranhão) e Viana na Baixada Maranhense. Ambas as hipóteses são prováveis, pois é evidente a presença dos Lindoso no Maranhão, mas especificamente, na pessoa do fazendeiro **José Benedicto Lindoso** na póvoa de **Tesosinho**, no município de São João Batista, conforme fontes de Bellarmino de Mattos; in.: **Almanak do Maranhão**, Typographia Bellarmino de Mattos, **1862**.

A atividade a que se dedicavam na época era a criação de gado e lavoura, fato que ainda hoje se pode observar entre seus descendentes. É notório, diante dos fatos, que os Lindoso do Maranhão, constituem ramo importante, senão o maioritário desta família luso-brasileira, ou que talvez tenham originado a família Lindoso do Brasil, fato que, entretanto, não se coaduna com a história e genealogia dos Lindoso de Alagoas, mas precisamente em **Porto Calvo** lá residentes já em 1822, conforme dados de HOLLANDA, Bartolomeu Buarque de. in.: **Buarque: uma família Brasileira**, vol 2. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

Sabe-se também que as 3ª e 4ª gerações de nascidos no Brasil migraram para São Luís e do Maranhão para a Amazônia quando da exploração da borracha no início do século passado, de cujo ramo descende José Bernardino Lindoso, que foi governador do estado do Amazonas. Além de Portugal e do Maranhão, há também registros de pessoas com o nome de família Lindoso na região Sudeste, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, bem como em outros

grandes centros urbanos: Brasília, São Paulo e no exterior, nos EUA, Espanha, Itália e etc...
embora seja impossível identificar a qual ramo pertencem.



VIANA DO CASTELO



Viana do Castelo é uma cidade portuguesa, capital do Distrito de Viana do Castelo, na região Norte e subregião do Minho-Lima.

O rei Afonso III de Portugal (1248-1279) fundou a vila de Viana, outorgando-lhe Carta de Foral em 1258, posteriormente confirmado em 1262. Visando a defesa e o desenvolvimento daquele trecho do litoral, pelo fomento à atividade mercantil e pesqueira, os seus habitantes foram contemplados com privilégios tributários, com o dever de defender a foz do rio Lima.



O perímetro defensivo da nascente vila, no qual se inscrevia a Torre de Menagem, foi dotado de muralhas: os seus limites são hoje desconhecidos, mas acredita-se que estavam completas em fins do século XIV, quando se transformara em um florescente burgo.

Em meados do século XV, Viana da Foz do Lima constituía-se em um dos grandes portos marítimos do país, mantendo comércio com portos da Galiza, da França e da Flandres. A prosperidade dele decorrente materializou-se no aumento da população e da malha urbana, ultrapassando a primitiva cerca medieval.

Aberto o caminho marítimo para as Índias, e visando a proteção da navegação na barra do Lima, por volta de 1502 D. Manuel I (1495-1521) determinou a construção de uma torre abaluartada, no campo de Santa Catarina, extremo Oeste da vila. O seu modelo seria semelhante ao do Baluarte de Cascais (iniciado em 1498), e anteciparia o da Torre de Belém (em 1515), na defesa da barra do Tejo. Possivelmente artilhada com um pedreiro, que lhe teria dado a designação de **Torre da Roqueta**, esta primitiva estrutura possuía um baluarte voltado para o rio Lima, demolido em campanhas posteriores.

Os imperativos da defesa da barra levaram à necessidade de modernização e ampliação da fortificação. Desse modo, entre 1567 (segundo alguns) e 1568 (segundo outros, já tendo recebido a vila de Viana o título de notável), a Câmara Municipal principiou, junto à **Torre da Roqueta**, um pequeno forte de planta retangular, que aproveitava a antiga fortificação manuelina como cunhal Sudoeste da sua muralha. Essa obra foi concluída ainda sob o reinado de D. Sebastião (1554-1578), em 1572.

Sob a Dinastia Filipina, sob o reinado de Filipe I de Portugal (1580-1598), o forte de Viana foi completamente remodelado e ampliado, com traça do arquiteto e engenheiro militar italiano Filippo Terzi (1520-1597). As suas obras iniciaram-se em 1589, tendo o soberano determinado que a própria população da vila transportasse a pedra necessária à edificação, estando concluídas em 1596.

Em 1640, com a Restauração da independência, a população da vila acorreu ao forte, cercando-o e impondo a capitulação da guarnição espanhola. No contexto da Guerra da

Restauração, voltou a receber obras de remodelação entre 1652 e 1654, a mando de D. Diogo de Lima, Governador das Armas de Entre-Douro-e-Minho.

Posteriormente, em 1700, época em que a vila prosperava com a exportação dos vinhos da região do Douro para centros como Dunquerque, Ruão, Veneza, a Inglaterra, a Suécia e até mesmo a Rússia, as defesas foram acrescidas de revelins e fosso pelo lado de terra. Novas obras de reforço e modernização foram promovidas em 1799.

Após ter participado da Guerra Peninsular, durante a Guerra Civil Portuguesa (1828-1834), resistiu ao assalto das forças da Junta do Porto.

Encontra-se classificado como Imóvel de Interesse Público por Decreto publicado em 24 de Janeiro de 1967.

Atualmente as dependências do Forte de Santiago da Barra abrigam a sede da Região de Turismo do Alto Minho, compreendendo um moderno Centro de Congressos (*Centro de Congressos do Castelo de Santiago da Barra*), com um auditório e salas equipados para diversos tipos de eventos. O antigo Paiol e a *Capela de Santa Catarina* encontram-se requalificados como salas de exposição, recomendando-se a visita à **Torre da Roqueta**.

O **Castelo de Portuzelo** localiza-se na vila e freguesia de Santa Marta de Portuzelo, Concelho e Distrito de Viana do Castelo, em Portugal.

Encontra-se classificado como Imóvel de Interesse Público, por Decreto publicado em 29 de Setembro de 1977.



Pertencia à nobre família Pereira da Cunha, senhores da Casa Grande, de Paredes de Coura

PERRE

No centro da área da freguesia, há um suave relevo que acentua a forma de vale em seu redor e que são as terras baixas e férteis das encostas das serras de Perre, Santa Luzia, Amonde e Agra. Muitos destes cumes foram povoados por povos castrejos e de certa forma isso traduz um razoável índice de povoamento demográfico.

No livro "Inventário Colectivo dos Registos Paroquiais", encontramos a seguinte descrição referente a esta freguesia: «Em 1258, na lista das igrejas situadas no território ao norte do rio Lima, elaborada por ocasião das Inquirições de D. Afonso III, Perre aparece como uma das igrejas subordinadas ao bispado de Tui. No catálogo das mesmas igrejas de 1320, mandado elaborar, para pagamento de taxa, São Miguel de Perre foi taxada em 50 libras. Pertencia, ao tempo, à Terra de Vinha. Em 1444, D. João I conseguiu do papa que aquele território de entre Lima e Minho fosse desmembrado do bispado de Tui passando a pertencer ao de Ceuta, onde se manteve até 1312.

Nesse ano, no tempo do arcebispo de Braga D. Diogo de Sousa, S. Miguel de Perre foi anexada a esta diocese de Braga, por troca com o bispo de Ceuta



pela comarca eclesiástica de Olivença. Esta permuta foi aprovada, em 1513, pelo papa Leão X. Em 1546, no registo da avaliação dos benefícios eclesiásticos incorporados na diocese de Braga, São Miguel de Perre foi avaliada em 50 mil réis. Na cópia de 1580 do Censual de D. Frei Baltasar Limpo, sobre a situação canónica daqueles benefícios eclesiásticos, diz-se que São Miguel de Perre era da apresentação do mosteiro de São Salvador da Torre pela terça parte, sendo pelas restantes duas terças da apresentação dos descendentes de João Velho e de sua mulher Leonor Gomes. Segundo Américo Costa, São Miguel de Perre foi, mais tarde, abadia da apresentação da Mitra.»

CASTELO DO NEIVA

O **Castro de Moldes**, também conhecido por **Monte do Castelo de Neiva**, localiza-se em Castelo do Neiva, Portugal. Erguido no alto de um monte à margem direita do rio Neiva, remonta à Idade do Ferro.

Está classificado pelo IPPAR como Imóvel de Interesse Público desde 1970.

As escavações arqueológicas realizadas no seu sítio durante a primeira metade da década de 1980, trouxeram à luz um povoado de consideráveis dimensões, dotado de um assinalável sistema defensivo que se constituía por cinco linhas concêntricas de muralhas reforçadas por torreões na vertente sul. As linhas de muralhas acompanham, quase sempre, a geografia do terreno.

Nomeadamente na área definida pela muralha interior, identifica-se uma notável densidade de estruturas de carácter doméstico, de planta predominantemente circular, em cuja edificação se utilizou o próprio afloramento rochoso. Algumas dessas edificações apresentam um vestíbulo e estão apartadas por arruamentos lajeados em granito. Entre elas, destaca-se uma, pelo facto de possuir uma espécie de assento corrido coberto por placas rectangulares de ardósia.

As investigações evidenciaram a reutilização do espaço em épocas posteriores, designadamente durante o período de ocupação romana, para o que terá sido determinante a sua posição estratégica.

Apontam, nesse sentido, alguns materiais exumados durante as diferentes campanhas, tais como artefactos de bronze (entre os quais uma fíbula), a par de um abundante número de fragmentos de cerâmica comum e de importação. Estes elementos atestam não apenas o carácter relativamente permanente da ocupação desse povoado, como, sobretudo, a sua inserção numa complexa rede de relações comerciais, evidente na presença de inúmeros exemplares de diversos tipos de ânforas e respectivas tampas.



A sua relevância estratégica de seu sítio foi reforçada já em plena Idade Média, e em concreto, no início do século XII, de quando data a primeira referência conhecida sobre a existência, no local, de um castelo, pouco antes de D. Afonso Henriques (1109-1185) ser cercado em Guimarães. Foi, a partir de então, palco de vários episódios relacionados com a consolidação do Reino de Portugal, em pleno processo de Reconquista, até que, em finais do século XIV, o castelo acabou por perder a sua anterior importância política na sequência da transferência da sede do julgado de Neiva, executada no âmbito de uma ampla reorganização administrativa do

território. Foi, então, abandonado, entrando num lento processo de degradação, embora ainda sejam visíveis os sulcos onde assentavam os muros da torre e subsista a romaria à capela de Nossa Senhora das Oliveiras, construída num dos caminhos conducentes ao interior do povoado.

BARROSELAS

A 8 de Maio de 1940 a comunidade passionista comprou uma quinta em Barrocelas, precisamente onde se encontra hoje localizado o Seminário dos Missionários Passionistas.

No dia 16 de Janeiro de 1933 chegaram a Barrocelas os primeiros passionistas, tendo no dia 27 de Abril do mesmo ano abandonado definitivamente a casa do Sameiro, dirigindo-se para Barrocelas, onde se erigiu em casa canónica, pelo decreto da Sagrada Congregação dos Religiosos, de 1 de Julho de 1933: a partir deste momento, teremos toda uma Comunidade Passionista, implantada no Vale do Neiva, servindo espiritualmente os populações. Esta primeira comunidade ficou assim constituída: P. Teófilo, Superior; P. Ângelo dos Cinco Chagas, Ecónomo; P. Secundino, P. Faustino, P. Feliciano, P. Gabriel, Co. Lourenço; Irmão Domingos e Irmão José.

No dia 31 de Dezembro de 1941 os Religiosos Passionistas saíram de Braga para formar uma só Comunidade, com os seus Irmãos de Barrocelas.

Chegados a Barrocelas, os Passionistas pensaram imediatamente na construção do Convento. O Sr. Arcebispo de Braga, D. António Bento Martins Júnior, em 27 de Janeiro de 1942 autorizou a erecção da Igreja do Convento dos Padres Passionistas, de Barrocelas. Superiores e súbditos, arregaçadas as mangas, começaram os trabalhos da construção do Convento e Igreja em 19 de Abril de 1942.

Ajudados pela população, 20 a 25 operários começam as obras no dia 4 de Maio de 1942. A inauguração da 1ª fase verificou-se no dia 7 de Julho de 1946, passando a residir nela os Religiosos que se encontravam na casa antiga, tendo a 2ª fase sido concluída em Abril de 1955.

No dia 18 de Janeiro de 1948, inaugurou-se a 1ª parte da igreja, e no dia 1 de Abril do mesmo ano, a Congregação dos Missionários Passionistas foi reconhecida como pessoa moral, canonicamente erecta, com sede em Barrocelas.

A abertura do Colégio, com a admissão dos primeiros 20 alunos, ocorreu em 15 de Outubro de 1951, precisamente 20 anos após a chegada dos Passionistas a Portugal. No dia 27 de Abril de 1952, abriu-se toda a igreja, pela primeira vez, e no dia 2 de Agosto de 1952 o D. Teófilo José Pereira de Andrade, ofm, ex-Bispo de Nampula (Moçambique), titular de Urusi, consagrou a igreja.



A erecção do Seminário Passionista de Barrocelas em pessoa moral, foi feita pelo Arcebispo Primaz, a 2 de Fevereiro de 1954, e no dia 9 de Abril de 1954, a casa e a quinta passaram para o nome do Seminário Passionista.

Em 1985, após obras de restauro e modificação, a Casa Passionista de Barrocelas passou a ser Casa de Retiros.

ARIOSIA

O povoamento na área ora abrangida pela freguesia de Areosa é muito anterior ao domínio romano. A testemunhá-lo estão os castros do Pego e de Santa Luzia (cidade velha) que no seu território ficam localizados. O paroquial suevo realizado por Teodomiro, falecido em 570, e elaborado entre 572 e 582, menciona entre as 17 paróquias de Tui a de Ovínea cujo território abrangeria uma área limitada pelos rios Lima, Minho e a parte inferior do Coura.

A população deste território de Ovínea era pagã ou professava o arianismo, quando S. Martinho de Dume, depois de estabelecida a Diocese de Tui, inspiraria a criação da Igreja de Santa Maria de Ovínea, na actual freguesia de Areosa que fica a ser cabeça dessa extensa paróquia de Ovínea, muitos séculos depois transformada em Arcediago da Terra de Vinha.

Em 915, Ordonho II de Leão doou a Sé de Lugo para ainda no século X passar para a sede de Tui por dádiva de Afonso IV de Leão. Mais tarde o Bispo de Tui, D. Afonso, deu-a em prestimónio a Nuno Soares – tronco da estirpe dos Velhos – importante na história de Viana na foz do Lima. Em 1137, D. Afonso Henriques coutou a “Vila” da Vinha à Sé de Tui. Em 1258, quando D. Afonso III fundou a Vila de Viana, acordou com o Bispo de Tui a troca do couto da Vinha (Areosa), para ceder aos “povoadores” de Viana, pela parte que lhe cabia nas “vilas” de Afife e Baltasares, entre outros bens (1262). Mais tarde foi Areosa incorporada no Arcebispado de Braga (1514), ao qual pertenceu até à recente criação da Diocese de Viana do Castelo. A paróquia que ficou reduzida à actual freguesia de Areosa, conservou o mesmo orago com que fora criada no século VI, de invocação de Santa Maria de Vinha ou Nossa Senhora de Vinha.



Deverá ter-se presente que o topónimo “Vinha” provém de Ovínea – a paróquia criada por Teodomiro no século VI – não tendo qualquer relação com o termo “Vinha”, nome da planta tão importante na produção de vinho.

Esta freguesia ficou a pertencer ao termo de Viana (concelho), porém não se confundindo com as freguesias que constituem a cidade, tinha e tem uma área própria constante ou longo de vários séculos e limitada nos dias de hoje como se segue: pelo norte com a freguesia de Carreço começa no meio do mar, na Camboa do Seiro ou da Pesqueira, e segue para nascente até à fonte do Maganhão. Daqui faz chave a norte até ao extremo da Veiga da Silvosa em Carreço, com a Veiga do Maganhão em Areosa. Daqui para cima corta a estrada Viana/Caminha e passa entre as Veigas de Sua-Vila em Carreço e Sua-Vila de Areosa. Segue para nascente até ao portal da casa do Pereira, ficando esta do lado de Carreço. Segue para nascente pelo meio de uma propriedade da Casa do Pequito, passa o caminho do Pessegueiro e segue para nascente até à mina da Fonte Aberta que pertence à Casa do Panza. Daqui segue até à Bouça do Lourenço, que é hoje da Casa dos Fontes, mete pelo rio do Pego acima, pelo norte das Bouças de S. Pedro, até que flectindo mais para norte, sai do rio e corta na direcção da Chã de Chaves.



Depois desta Chã, flecte ainda mais para norte indo até à Fonte Louçã, limites de Areosa com Carreço. Este Penedo da Era é o ponto de encontro das freguesias de Afife, Carreço, Areosa e

Outeiro e está de acordo com as marcações que se encontram no terreno, assim como com o descrito no tomo antigo de Carreço e de Santa Maria de Vinha de Areosa.

Por nascente, desde o Penedo da Era pela partilha da Chã da Carvalha com o monte da freguesia de Outeiro e segundo marcações do terreno até ao limite poente das propriedades do monte de Perre que partem com Areosa e até cerca do miradouro do Galo ou Gaio, onde começam os limites poentes das propriedades do monte da Meadela que partem com Areosa, seguindo até à esquina poente sul da última dessas propriedades e que pertencem hoje ao Sr. Manuel Rodrigues Cambão. Deste ponto, desce na direcção da esquina norte/poente da tapada da Quinta de S. Francisco até à Cova do Gato, onde se encontra o ponto comum dos limites de Areosa com a Meadela e com Santa Maria Maior e isto segundo o Tombo da Igreja de Santa Cristina da Meadela. Desse ponto para sul parte com o monte de Santa Maria Maior na direcção de um marco CM 11 – que a Câmara colocou no século passado para delimitar os terrenos cedidos à Confraria de Santa Luzia – e dali vai até ao reservatório de água que existe no topo nascente/sul da Citânia e desde este ponto até à esquina sul/poente no templo de Santa Luzia, local onde se encontrava a antiga Capela de Santa Luzia. Conforme o Tombo do aforamento do monte de Areosa aos seus moradores, o limite deste era precisamente a (antiga) Capela de Santa Luzia.

Pelo sul, desde a antiga Capela de Santa Luzia até aos muros norte da tapada de Gonçalo de Barros e daí até à cancela de Areosa, local que se encontrava junto à estrada para Caminha no limite norte desta propriedade de Gonçalo de Barros e daqui até ao mar na direcção de Pedras Ruivas. Poente – Oceano Atlântico».

A análise demográfica da freguesia revela um crescimento populacional algo acentuado. De facto, se, segundo os dados fornecidos pelo INE referentes ao ano de 1991, o universo populacional de Areosa era constituído por 4.065 moradores.. A taxa de actividade de Areosa, em 1991, era de 42,5%. Localizados na área florestal da encosta de Santa Luzia, Areosa possui os principais recursos hídricos que desde há séculos abastecem a urbe de Viana. Muitas das minas são particulares e geridas pelos respectivos condomínios. No que concerne a serviços e estruturas capazes e apropriadas à dinamização cultural, Areosa está dotada de uma biblioteca aberta ao público, de uma sala de espectáculos polivalente, de um salão de festas e ainda de uma escola de música. A mais antiga associação de Areosa é a Sociedade de Instrução e Recreio Areosense (SIRA), a qual foi fundada há 75 anos. Esta associação tem contribuído para a dinamização cultural da freguesia com teatro amador, escola de música e dança e realizando regularmente bailes tradicionais. Segue-lhe a Sociedade Columbófila Areosense, a qual adquiriu recentemente sede própria. De referir ainda o Grupo Etnográfico de Areosa que, com sede própria, divulga, por todo o mundo, os belos trajes tradicionais.

Areosa, enquadrada por monte, veiga e mar detém uma interessante oferta turística. Desde o Paleolítico que há vestígios de ocupação humana no local. Abel Viana, só do período Asturiense, recolheu e identificou grande quantidade de indústria lítica que faz parte do espólio de alguns museus. Mais modernamente, no sítio “Pia dos Eidos”, foram encontrados mais vestígios de ocupação humana, assim como uma sepultura rupestre perto do sítio do Senhor do Socorro. Por outro lado, já predominantemente da Idade do Ferro, há alguns castros como a Citânia de Santa Luzia – conhecida por Cidade Velha – onde se localizou no

século VI a cabeça do “Pagus de Ovínea”, criado pelo Rei Suevo Teodomiro. A Citânia, de dimensões apreciáveis, é um local de visita obrigatória, pois encontra-se, em grande parte, em razoável estado de preservação. Uma outra parte, a mais sobranceira ao rio Lima e ao mar, foi ocupada pela Pousada de Santa Luzia, de construção já deste século. Além desta unidade de interesse turístico podemos apontar, como património Areosense, as “casas de quinta” e respectivas capelas, como a da Boa Viagem e da Pedreira em cuja capela se realizavam no século XVII as vereações gerais do termo para as freguesias litorais. Além da Igreja Paroquial com os seus belos estuques, obra dos famosos “Mestres Estucadores” de Areosa, responsáveis pelo incremento cultural que a freguesia sofreu no século XIX, são dignas de menção as capelas de S. Sebastião e S. Mamede e o Cruzeiro granítico do Senhor dos Esquecidos, obra, provavelmente, do século XVII.

De destacar são também os moinhos de água e de vento, reveladores do bom aproveitamento dos cursos de água que atravessam a freguesia e dos ventos que em certas épocas do ano são de alguma intensidade junto às falésias do mar onde, quase todos, se encontram localizados.

A enseada do Porto de Vinha é outro local aprazível, com uma agradável praia e um pequeno porto de pesca artesanal, bem enquadrada por uma zona agrícola de paúl. Cerca de 1.500 metros para Sul fica outra praia com um pequeno fortim datado de 1701, conhecido localmente como “Castelo Velho”. A norte do Porto de Vinha, a costa tem também beleza inigualável e condições naturais de excepção.

A proximidade com a cidade, da qual Areosa já faz parte integrante, ocasionou-lhe possibilidades que se evidenciam nos seus trajes e nas diversas casas apalaçadas que nos mostra.

No Inventário Colectivo dos Arquivos Paroquiais vol. II Norte Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, pode ler-se textualmente:

«Em 1258, na lista das igrejas situadas no território de Entre Lima e Minho, elaborada por ocasião das Inquirições de D. Afonso III, figura como uma das igrejas do bispado de Tui. Era então denominada "Vinea".

Segundo Pinho Leal, a vila e couto da Areosa tinha sido dada por D. Afonso Henriques à Sé de Tui e ao seu bispado, em 1137.

Em 1262, reinando D. Afonso III recebeu-a novamente, dando em troca desta à Sé de Tui metade da de Afife e a freguesia de Sá em Ponte de Lima.

Em 1320, no catálogo das mesmas igrejas mandado elaborar pelo rei D. Dinis, para o pagamento de taxa, foi taxada em 300 libras.

O rendimento desta igreja veio a dividir-se em três partes, uma para a Colegiada de Valença, outra para a de Viana e o restante para o prelado.

Em 1546, no registo da avaliação dos benefícios da comarca eclesiástica de Valença do Minho, redigido pelo vigário Rui Fagundes, a vigairaria perpétua da igreja de Santa Maria da Vinha, na

situação de anexa à igreja de Viana, tinha de rendimento 2 mil réis e o pé de altar, de 6 mil réis.

Na cópia de 1580, do Censual de D. Frei Baltasar Limpo, Santa Maria da Vinha figura como sendo anexa "in perpetuum" à câmara arcebispal de Santa Maria de Viana.

Américo Costa descreve-a como sendo vigairaria de barrete da apresentação do arcebispo de Braga e cabeça do arciprestado de Viana, passando mais tarde a priorado. Tinha de cômputo, segundo o mesmo autor, 200 mil réis.»



O **Forte da Areosa**, também designado como **Forte da Vinha** ou **Castelo Velho**, mas melhor conhecido como **Fortim da Areosa**, localiza-se na povoação e freguesia de mesmo nome, no Concelho e Distrito de Viana do Castelo, em Portugal.

Fortificação marítima, foi edificado no contexto das Guerra da Restauração, com o objetivo de reforçar a defesa da costa atlântica do Minho, vulnerável a qualquer ataque da Armada espanhola, tal como outros fortes construídos no litoral entre Vila Praia de Âncora e Esposende na mesma época. Foi implantado ao Sul da enseada de Vinha, a norte do Forte de Santiago da Barra, em Viana do Castelo, para reforçar o cruzamento de fogos com esta fortificação, disposta na foz do rio Lima, e também com o Forte de Montedor.

MUJÃES



Mujães é palavra expressiva. Em Latim, aparece mencionada pela forma “Mugianis”, derivada de “Mundilanis”, antropónimo genitivo de posse, correspondente ao germânico “Mundila + anis”, isto é, “vila” de “Mundila”. Daqui a evolução fonética para “Mugianis” e “Mujães”. Isto, como é evidente, significa que Mujães foi vila germânica, (suévica ou visigótica). Ora, como ali existe o lugar do Paço, podemos concluir tratar-se do palácio” onde habitava o senhor da vila. Também no lugar do Paço deve ter existido uma vila rústica romana. Durante as Inquirições de D. Afonso III (1258), esta freguesia era denominada “Sancte Marie de Mujiais” e tinha um casal chamado “Valino de Palatio” o que significa Valinho do Paço.

O topónimo mámuia, (lugar de Mámua) é considerado uma corrupção de Mamôa, o que dá a atender a antiguidade da freguesia. Nesse aspecto à que considerar-se que muitas das pessoas da freguesia desde sempre ouviram falar da existência de mamoas no passado longínquo de Mujães. Esse conhecimento não deriva apenas do topónimo do lugar, Mámua, mas da informação deixada por gerações anteriores às suas.

A igreja paroquial de Mujães, é uma construção com certo interesse arquitectónico, da segunda metade do século XVIII. Na sua parede granítica pode-se ver um lindo símbolo da padroeira de Mujães, N. Sra. da Expectação ou N. Sra. do O. Este símbolo está elaborado com

duas peças, uma Rosa e a letra O, peças que, por sua vez, estão envolvidas por graciosas volutas.

O Cruzeiro do Bispo localizado neste referido lugar de Mámua é uma obra de arte renascentista que muito orgulha os naturais de Mujães.

Ainda a respeito da história desta freguesia, no livro "Inventário Colectivo dos Arquivos Paroquiais vol. II Norte Arquivos Nacionais/Torre do Tombo" diz textualmente:

«A primeira referência conhecida a Mujães encontra-se nas Inquirições de D. Afonso II, de 1220. Nelas aparece enquadrada na Terra de Neiva, sob a designação de "Sancta Maria de Muzaes".

É citada nas Inquirições de 1258 e, nas de D. Dinis, feitas em 1290, com categoria de paróquia e freguesia, respectivamente. Pertencia ao julgado de Neiva.

Na taxação de 1320, a igreja de Mujães tinha de rendimento 80 libras.

No registo da cobrança das "colheitas" dos benefícios eclesiásticos do arcebispado de Braga, feito entre os anos de 1489 e 1493, D. Jorge da Costa anotou que o seu rendimento importava em 15 libras, ou seja o correspondente a 7 onças, em prata, 1140 réis, em dinheiro com "morturas", e 120 réis, em dízimas de searas.

Em 1528, no Livro dos Benefícios e Comendas, inserida ainda na Terra de Aguiar do Neiva, figura com um rendimento de 50 mil réis.

O Padre António Carvalho da Costa descreve a antiga freguesia de Nossa Senhora de Mujães como abadia da apresentação da Casa de Bragança, no termo de Barcelos. A Estatística Paroquial, de 1862, por sua vez, refere como orago desta freguesia Santa Maria Maior.

E termos administrativos, pertenceu, em 1839, à comarca e concelho de Barcelos e, em 1853, à comarca e concelho de Viana do Castelo.

É possível que o topónimo Afife se trate de um genitivo antroponímico árabe, *Afif*, que inicialmente era utilizado como adjectivo para designar algo ou alguém *virtuoso*; mais tarde porém, aparecia num documento de 1108, com a designação *Afifi*, sugerindo a existência de uma *Villa Afifi*, que adquiriu o nome do seu senhor. Ao longo dos séculos, o topónimo foi apresentando diferentes grafias: *Fifi*, *Affifi*, *Afifi* até culminar em *Afife*.



Há ainda uma outra versão considerada popular. Segundo o arqueólogo José Bouça, a origem do topónimo é romana, de *Aff-hifas*, significando *sopa de cabelos*. Esta definição remonta à época em que a legião de Júlio César invadiu as terras lusas, massacrando as populações e violentando donzelas e damas lusitanas. Estas, para fugir a tal horror, torturaram-se a elas próprias, desfigurando os rostos e cortando os cabelos, cujas madeixas esconderam na corrente de uma fonte, para que não fossem manchadas pelos *lábios impuros do inimigo*; os soldados, para matar a sede, dirigiram-se à fonte e refrescaram os seus lábios com os cabelos molhados das donzelas, resultando daí a expressão: *sopa de cabelos*.

Há ainda a considerar, que se pode encontrar a localidade de *Afif*, que se situa entre Meca e Medina na Arábia Saudita e outra no Gana, com o nome de *Afife*.

O brasão da freguesia de Afife ostenta diversos elementos com os significados que se seguem:

Faixa alçada de negro que lembra o trabalho de gesso decorativo em que os estucadores de Afife se tornaram exímios desde meados do século XVIII.

Pano de muralha que representa os inúmeros castros que povoam os montes de Afife, símbolo da remota ocupação no local.

Campanha ondada, composta por seis tiras, a primeira azul e as restantes prata e verde, representam respectivamente o rio de Afife que nasce na freguesia e o Oceano Atlântico que a banha a Poente, constituindo desde longas décadas uma importante fonte de rendimento --- inicialmente através da pesca e da apanha do sargaço e, mais recentemente, do turismo.



Entrada do convento

O **Convento de São Francisco do Monte** localiza-se em Santa Maria Maior (Viana do Castelo), Portugal. É um dos três primeiros conventos da Ordem Franciscana a ser construído em Portugal, datando dos finais do século XIV.

Tendo sofrido várias ampliações no decorrer de sua existência, tornou-se eventualmente um oratório, quando seus frades foram transferidos para o Convento de Santo António dos Capuchos, em 1625.



Posteriormente foi abandonado, talvez devido à sua localização recôndita e de difícil acesso, tendo sido iniciada a sua reedificação em 1751.

Com a extinção das ordens religiosas em 1834 e a conseqüente venda dos seus bens pelo estado liberal, passou o convento para a mão da Santa Casa da Misericórdia.

Encontra-se agora em ruínas, conservando ainda, porém, alguns elementos artísticos e arquitectónicos como testemunho histórico.

O Politécnico de Viana é proprietário do convento desde 2001.

O despacho de abertura do processo de classificação do Convento de S. Francisco foi emitido em 08 de Fevereiro de 2002.

A **Basílica** ou **Templo do Sagrado Coração de Jesus**, mais conhecido por **Templo de Santa Luzia** está situada no alto do monte deste nome, na cidade de Viana do Castelo, em Portugal, donde se vislumbra uma vista ímpar da região, que concilia o mar, o rio Lima (Iethes) com o seu vale, e todo o complexo montanhoso, panorama considerado um dos melhores do mundo segundo a National Geographic.

O projecto da igreja é do arquitecto Miguel Ventura Terra, com óbvia inspiração na Basílica de Sacré Cœur em Montmartre, Paris.

O início dos trabalhos foi em 1903 por iniciativa do padre António Martins Carneiro.

Ventura Terra seria substituído em 1925 pelo arquitecto Miguel Nogueira que orientou a última fase das obras. Edificada sobre uma planta em forma de cruz grega. A sua arquitectura tem elementos neo-românicos, bizantinos e Góticos.

Viana do Castelo vista da basílica.

Na entrada está colocada uma de estátua bronze do Coração de Jesus do escultor Aleixo Queirós Ribeiro, inaugurada em 1898.

No interior, o altar-mor, tem dois anjos da autoria do escultor Leopoldo de Almeida, ao centro encontra-se o coração de Jesus (réplica do trabalho em bronze do escultor Aleixo Queirós Ribeiro) trabalho acompanhado pelo Jovem escultor Martinho de Brito, as obras foram esculpida em mármore de Vila Viçosa.



Os vitrais das rosáceas foram executados na oficina de Ricardo Leone, em Lisboa, o fresco que representa a via-sacra e a Ascensão de Cristo, na cúpula, tem como autor, M. Pereira da Silva. A Basílica, possui ainda um Carrilhão composto por 26 sinos.



Todo o trabalho no granito e no mármore são fruto da dedicação e profissionalismo de Emídio Pereira Lima, mestre canteiro.

O santuário só ficaria concluída em 1943, embora tenha sido aberto ao culto em 1926.

Bem perto situa-se uma citânia também conhecida por Cidade Velha